



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Thiago Söthe

**OS DESLOCADOS DO CONFLITO DE DARFUR
SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA HUMANA**

Florianópolis

2016

THIAGO SÖTHE

**OS DESLOCADOS DO CONFLITO DE DARFUR
SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA HUMANA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Graciela De Conti
Pagliari

Florianópolis

2016

THIAGO SÖTHE

**OS DESLOCADOS DO CONFLITO DE DARFUR
SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA HUMANA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao aluno Thiago Söthe na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Graciela De Conti Pagliari
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Karine de Souza Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt
Universidade Federal de Santa Catarina

*A quem sofreu e sofre com o conflito de
Darfur, minha singela dedicatória.*

RESUMO

Este trabalho discute a situação da segurança humana dos deslocados do conflito de Darfur. Através de uma análise da situação, são apresentados os conceitos de guerra de terceiro tipo e de segurança humana, a formação do Estado do Sudão em comparação com o modelo de Estado europeu, o conflito de Darfur e a relação deste com os conceitos abordados inicialmente. O trabalho aponta o conflito de Darfur como exemplo de guerra de terceiro tipo e que afeta profundamente a vida dos civis da região. Os habitantes das vilas são os alvos dos ataques violentos, vítimas de um genocídio. Esse contexto gera uma grande onda de deslocados, que acabam por ter suas liberdades privadas. São abordados na pesquisa os aspectos do conflito que promoveram o deslocamento forçado, compreendendo este fenômeno e sua relação com o conceito de segurança humana. Conclui-se que as dimensões concernentes à segurança humana dos deslocados pelo conflito foram fortemente afetadas, sendo as liberdades dos mesmos privadas e impossibilitando o exercício das suas vidas com dignidade.

Palavras-chave: Conflitos. Darfur. Deslocados. Segurança humana.

ABSTRACT

This essay discusses the human security situation of the displaced persons of the conflict in Darfur. Through an analytical analysis of the situation, it's presented the concepts of wars of third kind and human security, the formation of the State of Sudan compared to the European state model, the conflict in Darfur and the relationship between it and the concepts dealt initially. The paper points the conflict in Darfur as an example of a war of third kind that profoundly affects the lives of the civilians in the region. Villagers are the targets of violent attacks, victims of genocide. This context generates a large wave of displaced persons, who end up having their freedoms limited. In the research, the aspects of the conflict that promote forced displacement are addressed, understanding this phenomenon and its relation with the concept of human security. It is concluded that the dimensions related to the human security of the displaced by the conflict were strongly affected, with their freedoms being deprived and the exercise of their lives with dignity unable.

Key-words: Conflicts. Darfur. Displaced. Human Security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As três dimensões da Segurança Humana	23
Figura 2 – Mapa político do Sudão antes da independência do Sudão do Sul	35
Figura 3 – Conflitos tribais em Darfur, 2015	43
Figura 4 – Número de novos deslocados por ano	47
Figura 5 – Número de pessoas afetadas e os campos de deslocados (com mais de 50 mil pessoas), 2014	48
Figura 6 – Número de pessoas afetadas pelo conflito de Darfur de março de 2003 a janeiro de 2005	57
Figura 7 – Mapa da insegurança alimentar em Darfur	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIS	African Union Mission in Sudan
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
CHS	Comissão de Segurança Humana
DDPD	Doha Document for Peace in Darfur
DFL	Darfur Liberation Front
DPA	Darfur Peace Agreement
GoS	Governo do Sudão
HDR	Relatório de Desenvolvimento Humano
IDP	Internal Displaced People
JEM	Justice and Equality Movement
LJM	Liberation and Justice Movement
NMRD	National Movement for Reform and Development
NIF	National Islamic Front
OCHA	Office for the Coordinaton of Humanitarian Affairs
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PDF	Popular Defese Forces
SFDA	Sudan Federal Democracv Alliance
SLA	Sudan Liberation Army
SLA-AW	Sudan Liberation Army – Abdul Wahid
SLAMM	Sudan Liberation Army – Minni Minawi
SLM	Sudan Liberation Movement
SPLA	Sudan People´s Liberation Army
SPLM	Sudan People´s Liberation Movement
SRF	Sudan Revolutionary Front
UA	União Africana
UNAMID	United Nations-African Union Mission in Darfur

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	AS NOVAS CARACTERÍSTICAS DA GUERRA E A INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA HUMANA.....	12
2.1	Das guerras clássicas às guerras de terceiro tipo.....	12
2.2	O conceito de segurança humana.....	18
3	A FORMAÇÃO DO ESTADO DO SUDÃO E O CONFLITO DE DARFUR.....	30
3.1	A formação e o modelo dos Estados nacionais europeus.....	30
3.2	A formação do Estado do Sudão.....	34
3.3	As origens do conflito de Darfur.....	38
3.4	Os atingidos pelo conflito e a resposta da comunidade internacional.....	45
4	OS DESLOCADOS DO CONFLITO DE DARFUR E A SEGURANÇA HUMANA.....	52
4.1	O conflito de Darfur como guerra de terceiro tipo.....	52
4.2	A segurança humana dos deslocados pelo conflito.....	55
5	CONCLUSÃO.....	64
	REFERÊNCIAS.....	68
	ANEXO.....	72

1 INTRODUÇÃO

O estudo de conflitos esteve, por muito tempo, centrado nos conflitos clássicos entre Estados, visto que era a normalidade na ocorrência de guerras. As guerras clássicas, como definidas por Clausewitz (1989), caracterizavam-se por sequências identificáveis de início, meio e fim, assim como atores claramente definidos. Todavia, os conflitos ganharam novas dimensões que não eram mais contempladas pelo estudo clássico da guerra, surgindo assim a conceitualização das guerras de terceiro tipo (HOLSTI, 1996), nas quais atores não estatais passaram a ser parte dos conflitos e, em muitos casos, atores principais nesses.

Os novos conflitos, a partir do pós-Segunda Guerra, têm como principal característica o fato de envolverem civis no conflito, tanto como combatentes como alvos principais de ataques. A guerra, portanto, deixa de ser um evento marcado por uma linearidade e atores bem definidos para ser um fenômeno em que diversos atores estão envolvidos e com motivações diferenciadas, inserindo os civis dentro da conflitualidade.

Com a insurgência desses novos tipos de conflito, novas dimensões de segurança foram desenvolvidas com os civis sendo parte das guerras. O Relatório de Desenvolvimento Humano (HDR) de 1994 da Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou uma nova abordagem na tratativa do papel do indivíduo durante os conflitos, apresentando o conceito de segurança humana. A ONU passou a ver o indivíduo como *key-role* durante um conflito. O HDR de 1994 apresentou um novo entendimento sobre a guerra, identificando as novas características destas, indo ao encontro do desenvolvido no conceito de guerras de terceiro tipo.

O Relatório ainda traz como principal aspecto da segurança humana o *freedom from fear* e *freedom from want*, retomando o preâmbulo da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU de 1948. A temática da segurança humana se consolidou nas Nações Unidas com a criação da Comissão de Segurança Humana e a criação a Unidade de Segurança Humana. A partir desse ponto, as tratativas da segurança humana ganharam espaço entre os países membros da ONU e o enfoque da análise das liberdades dos indivíduos tomou papel primordial no estudo do desenvolvimento.

Dentro desse escopo de estudo de guerra de terceiro tipo, cujos efeitos impactam direta e fortemente nos aspectos da segurança humana, encontra-se o conflito da região de Darfur, localizada no Sudão. O conflito de Darfur tem suas origens históricas com base em um problema ambiental de ocupação de terras. Uma das causas da crise atual remonta a meados da década de 1980, quando secas prolongadas aceleraram o processo de desertificação no norte e centro de Darfur, que por sua vez levou a muita pressão sobre os recursos de água e de pasto,

como os nômades de camelo foram forçados a mover para o sul e se tornar agricultores. Isto intensificou a pressão sobre pastagem e água.

Porém, não foram somente os fatores ambientais que levaram à eclosão do conflito, mas também políticos e econômicos. A complicada divisão de terras alia-se à questão étnica que também está envolvida no conflito. A região está dividida entre povos árabes e não-árabes, sendo estes últimos os principais afetados pela marginalização por parte da elite do governo sudanês de alguns povos. A formação histórica do Sudão foi marcada por uma concentração de poder e riquezas pelas elites árabes na capital Khartoum, excluindo as demais regiões e povos do desenvolvimento do país.

A decorrência dessas situações, levou a que, em abril de 2003, se desse o início de um processo violento quando os rebeldes atacaram o aeroporto al-Fashir e destruíram equipamentos militares do exército sudanês. O governo acabou negligenciando o ataque e utilizou da técnica de *proxy war*. Em um relatório da Comissão Internacional de Inquérito sobre Darfur chegou-se a cogitar a possibilidade da ocorrência de crime de genocídio no conflito. Encontra-se que os deslocados, foram de maneira violenta forçados a deixar seus lares em busca de locais de segurança.

Dessa forma, procura-se desenvolver nesse trabalho uma visão sobre o fenômeno dos deslocados¹ do conflito de Darfur sob a ótica do conceito de segurança humana. Sendo a leva de deslocados do conflito de uma grande proporção e sendo estes os que mais sofrem com o conflito, é de extrema importância se analisar os aspectos concernentes à segurança desses indivíduos e suas liberdades.

Com base nisso, o deslocamento forçado das pessoas na região de Darfur e a segurança humana dos mesmos é adotado como o problema da pesquisa. Toma-se como hipótese que as dimensões da segurança humana desse deslocados foram fortemente afetadas, comprometendo suas liberdades. A pesquisa busca, portanto, analisar os impactos à segurança humana dos deslocados gerados pelo conflito de Darfur. Ademais, objetiva verificar as características das guerras de terceiro tipo e sua conceituação; apresentar e debater o conceito de segurança humana dentro deste contexto; abordar e compreender a formação do Estado do Sudão e como este fracassou em comparação à formação dos Estados nacionais europeus; apresentar o conflito de Darfur, suas motivações, atores envolvidos, danos gerados e tratativas

¹ Será utilizado neste trabalho o termo “deslocados” para se referir às pessoas que foram forçadas a sair de seus lares devido à violência, abrangendo tanto os deslocados internos que permanecem nas fronteiras do país quanto aos refugiados (deslocados que procuram proteção em outro país). Portanto, ao utilizarmos a palavra “deslocados” estaremos nos referindo a ambos os grupos.

de acordo; e, por fim, analisar o comprometimento que o conflito de Darfur gerou para a segurança humana dos deslocados decorrentes do conflito.

A pesquisa será dividida, portanto, em três capítulos. Primeiro será apresentada a teoria das guerras clássicas e guerras de terceiro tipo e as características e conceituação da segurança humana. No segundo capítulo será apresentado a formação dos Estados nacionais europeus em contraste com a formação do Estado do Sudão, buscando verificar os motivos do fracasso deste, assim como o conflito de Darfur, suas motivações, evolução e situação atual. Por fim, no terceiro capítulo, será feita a relação entre o conflito de Darfur como guerra de terceiro tipo e far-se-á uma análise sobre como a segurança humana das populações que viviam na região de Darfur e tiveram que se deslocar foi afetada com o desenvolvimento do conflito.

2 AS NOVAS CARACTERÍSTICAS DA GUERRA E A INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA HUMANA

“O mundo nunca pode estar em paz ao menos que as pessoas tenham segurança em suas vidas diárias” (HDR, 1994, p. 1, tradução nossa).²

A apresentação do conceito de segurança humana pelo HDR de 1994 das Nações Unidas esteve baseada na configuração dos novos conflitos no pós-Segunda Guerra e foi feita como uma forma de alargar o entendimento de segurança que se identificava essencialmente na análise da segurança nacional dos Estados. Dessa forma, para se entender o contexto de lançamento do HDR e a ótica pela qual se analisa o conflito de Darfur, far-se-á uma breve revisão sobre a teoria da guerra clássica pelo conceito de Clausewitz e a elaboração da teoria das guerras de terceiro tipo de Holsti (1996). A partir deste entendimento, será introduzido o conceito de segurança humana, identificando a inserção deste conceito dentro das guerras de terceiro tipo.

2.1 Das guerras clássicas às guerras de terceiro tipo

O estudo de conflitos esteve, por muito tempo, centrado nos conflitos clássicos entre Estados³, visto que era a normalidade na ocorrência de guerras. Autores como Foch⁴, De Gaulle⁵ e Aron⁶ buscaram estudar os meandros da guerra e suas características com um foco exclusivo na concepção realista de guerra entre os Estados. Vários adjetivos foram lançados para representar essa caracterização das guerras, sendo a definição de guerras clássicas apresentada por Clausewitz (1989)⁷ adotada como uma base para o estudo da guerra. Clausewitz apresenta que as guerras se caracterizavam por sequências identificáveis de início, meio e fim, assim como atores precisos de observação. Com uma sequência identificável de características,

² No original em inglês: “The world can never be at peace unless people have security in their daily lives”.

³ Ao apresentarmos os conflitos clássicos entre Estados, referimo-nos aos conflitos entre Estados do modelo nacional europeu.

⁴ FOCH, Ferdinand. De principes de la guerre. Paris: Berger-Levrault, 1906.

⁵ DE GAULLE, Charles. Vers l’armée de métier. Paris, 1934.

⁶ ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: UNB, 1986.

⁷ Clausewitz, em seu livro “Da guerra”, apresentou um estudo sobre o que seriam as guerras clássicas entre Estados, definindo uma teoria de estudo para análise da guerra. Para Clausewitz (1989) a guerra é a continuação política por outros meios. A teoria de Clausewitz, todavia, contemplou somente as guerras tradicionais do século XVIII e XIX, as quais eram caracterizados pelos conflitos Estado-Estado. Com a insurgência de guerras intra-estatais, novos teóricos buscaram abordar as novas teorias sobre a guerra, como Holsti (1996) e Kaldor (1999).

observa-se um padrão na condução das guerras entre os Estados, sendo estática a forma como as guerras apresentavam-se. Analisando os estudos de Clausewitz, Pimentel e Neto (2014, p. 177) definem que:

No início do século XIX as guerras limitavam-se ao exercício do poderio militar das unidades políticas definidas no Tratado de Vestfália de 1648, isto é, os Estados Nacionais eram os únicos atores admitidos como capazes de promover a guerra e, portanto, antes a serem considerados nos estudos sobre a Guerra.

A guerra, portanto, antes da metade do século XX era um evento que ocorria entre os Estados nacionais, ficando restrita a disputas políticas no cenário internacional. A guerra clássica é marcada como uma forma de os Estados resolverem questões que extrapolam os limites da política ou da diplomacia. A partir do momento em que os recursos políticos esgotam-se, ocorre a eclosão dos conflitos.

A guerra corresponde aos interesses do Estado, e o Estado, por sua vez, deve medir suas proporções direta do poderio armado do seu país. Assim, a ação militar e a ação política estão intrinsecamente interligadas; o exército nada mais faz do que executar a política, quando faz a guerra (BELLINTANI, A.; BELLINTANI, M., 2014, p. 42).

Porém, a realidade da segunda metade do século XX e o início do século XXI é de uma emergência de conflitos intra-estatais, ultrapassando em grande número os conflitos entre os Estados. A maioria das guerras da atualidade são guerras civis ou étnicas. Como expõem Pedersen (2002), a natureza dos conflitos mudou muito durante os anos, deixando a guerra de ser prioritariamente um problema de relações entre os Estados para ser problema de relações dentro dos Estados. Entre o fim da Guerra Fria em 1989 e o início do século XXI, aconteceram 116 conflitos armados em 78 locais ao redor do mundo. Sete eram guerras entre Estados e 20 eram guerras dentro dos Estados com intervenção estrangeira (ERIKSSON; WALLENSTEEN, 2004, p. 626). Essa nova configuração dos conflitos no sistema internacional fez com que novas teorias sobre a guerra fossem apresentadas, contemplando os novos aspectos que trouxeram os conflitos modernos.

Depois de inúmeras guerras ocorridas, tanto a realidade internacional e a conformação das forças políticas quanto a tecnologia se alteraram a ponto de incluir outras variáveis nas considerações a respeito da guerra [...] Novas ameaças distintas dos Estados, tais como o terrorismo internacional, as guerras assimétricas, as armas estratégicas e de destruição em massa, as guerrilhas, forças irregulares, o enfraquecimento do Estado Nacional e das soberanias, da comunicação global em massa e em tempo real, por escaparem das previsões iniciais de seu escopo teórico, nublaram as certezas das previsões baseadas nos princípios Clausewitzianos sobre como as guerras se procederiam (PIMENTEL; NETO, 2014, p. 176).

Os conflitos ganharam novas dimensões que não eram mais contempladas pelo estudo clássico da guerra. Assim, as novas teorias sobre a guerra que surgiram dentro da academia apresentaram diversas nomenclaturas e aspectos para avaliar os novos conflitos. Sendo um dos autores que analisa as características desses novos conflitos, Kalevi J. Holsti em 1996 publicou seu livro “The State, War, and the State of War” em que busca analisar as configurações dos conflitos que surgiram a partir de 1945.

Holsti (1996) apresenta uma continuidade da teoria desenvolvida por Clausewitz, visualizando em vários momentos as características defendidas por este autor e apresentando as diferenças que os conflitos pós 1945 apresentam em contraponto à teoria das guerras clássicas entre Estados. Para o autor, as guerras definidas pelo contexto da luta armada entre Estados soberanos é historicamente e culturalmente baseada. As organizações internacionais, a formação de exércitos militares e a prática da diplomacia estavam todas centradas na visão desenvolvida por Clausewitz de guerra entre os Estados (HOLSTI, 1996).

Todavia, as guerras intra-estatais apresentaram novas características que a teoria de Clausewitz já não abrangia mais, necessitando-se que novas análises fossem formuladas com base na insurgência dos conflitos pós-Segunda Guerra. Dessa forma, Holsti (1996) observa que a academia e a diplomacia, mesmo que com a eclosão de conflitos intra-estatais, esteve ainda centrada nas teorias de guerra que se baseavam em disputas entre Estados. Tendo observado essa continuidade na academia de uso da teoria das guerras clássicas, Holsti (1996) propôs apresentar uma nova visão sobre a guerra, observando especificamente as características dos conflitos que emergiram dentro dos Estados.

Se as guerras europeias do século dezoito e dezenove eram caracterizadas por etiqueta, regras e sequências formais (crises, declarações de guerra, ataque militar, seguido de uma negociação de paz), guerras sobre Estados tem tido características muito diferentes. Guerra desde 1945 tornou-se de-institucionalizada. Nós estamos debatendo, portanto, não somente uma geografia muito diferente e tipologia do conflito armado, mas também formas muito diferentes de guerra (HOLSTI, 1996, p. 27, tradução nossa).⁸

As guerras clássicas abordadas por Clausewitz são caracterizadas por Holsti (1996) como guerras institucionalizadas, visto a definição clara dos atores (Estados) envolvidos no

⁸ No original em inglês: “If eighteenth- and nineteenth-century European wars were characterized by etiquette, rules, and formal sequences (crisis, war declaration, military defeat, followed by a negotiated peace), wars about states have had very different characteristics. War since 1945 has become de-institutionalized. We are debating, then, not only a very different geography and typology of armed conflict, but also very different forms of war”.

conflito. Com isso, o autor define as novas formas de guerra que passam a ser observadas a partir de 1945⁹ como “guerras de terceiro tipo”¹⁰ ou “guerra dos povos”.

Uma guerra típica desde 1945 tem um perfil muito diferente. Não existe uma única crise que as precipita, e elas normalmente não começam em uma determinada data. Não há declarações de guerra, não há estações de campanha, e poucos finais com tratados de paz. Batalhas decisivas são poucas. Atrito, terror, psicologia e ações contra civis destacam o "combate". Ao invés de forças armadas altamente organizadas com base em uma ordem estrita hierárquica, as guerras são travadas por grupos pouco unidos de regulares, irregulares, células, e não raro por senhores da guerra de base local sob pouca ou nenhuma autoridade central (HOLSTI, 1996, p. 20, tradução nossa).¹¹

As simbólicas manifestações de transformação da Guerra são claras: em guerras do “terceiro tipo” não há fronteiras, não há campanhas, não há bases, não há uniformes, não há honras dispostas publicamente, não há *points d'appui*, e não há respeito para o território limite dos Estados (HOLSTI, 1996 apud CREVELD, 1991, p. 36, tradução nossa).¹²

Os novos conflitos observados a partir de 1945 teriam, dessa forma, origens diferenciadas das guerras que seguiam a lógica do conceito de Clausewitz. É importante se observar, porém, que as ideias da teoria clássica da guerra e o modo como se observa o papel da formação do Estado no sistema internacional não são excluídas da visão de Holsti (1996), mas sim apresentadas novas visões à luz da teoria do autor. Observando isso, Gomes (2014, p. 49), expõem que a emergência dos conflitos segundo a proposta de Holsti se daria por:

(1) a carência de legitimidade política é a causa fundamental para a eclosão das guerras de terceiro tipo; (2) os países do Terceiro Mundo carecem de legitimidade política e, portanto, são mais suscetíveis a conflitos civis; (3) para a compreensão do porquê, nessas regiões, haveria essa carência, o melhor caminho seria a análise da formação desses Estados.

⁹ Holsti entende que não há uma linha formal de divisão entre as guerras clássicas e a emergência das guerras de terceiro tipo, mas entende que o pós-Segunda Guerra, a partir de 1945, pode ser entendido como uma data referencial para a observação das novas características de guerra que apresenta em sua teoria. Porém, antes de 1945 já ocorriam inúmeras guerras que poderiam ser classificadas como de terceiro tipo. Portanto, utilizar o ano de 1945, para o autor, é apenas um ponto conveniente de análise. (HOLSTI, 1996, pg. 15).

¹⁰ Conceito apresentado por Edward E. Rice, professor da Universidade da Califórnia, em 1988.

¹¹ No original em inglês: “A typical war since 1945 has a very different profile. No single crisis precipitates them, and they typically do not start at a particular date. There are no declarations of war, there are no seasons for campaigning, and few end with peace treaties. Decisive battles are few. Attrition, terror, psychology, and actions against civilians highlight ‘combat’. Rather than highly organized armed forces based on a strict command hierarchy, wars are fought by loosely knit groups of regulars, irregulars, cells, and not infrequently by locally-based warlords under little or no central authority”.

¹² No original em inglês: “The symbolic manifestations of war transformation are clear: in wars of the “third kind” there are no fronts, no campaigns, no bases, no uniforms, no publicly displayed honors, no *points d'appui*, and no respect for the territorial limits of states”.

As guerras passam a ser motivadas pela forma de criação do Estado, governo e o papel que as comunidades e os povos têm dentro desta formação do Estado. Tem-se, com isso, que os Estados que fracassaram tornaram-se terreno fértil para a eclosão de conflitos. Os Estados colonizadores não se preocuparam em estabelecer instituições fortes nos territórios colonizados, preocupando-se somente com a exploração de recursos e não com o fim de criação de um novo Estado. Além disso, as fronteiras estabelecidas pelos colonizadores não tiveram qualquer cuidado com as comunidades e regras locais que já existiam anteriormente (HOLSTI, 1996).

O Estado colonial, um organismo que deixou legados principalmente de fronteiras arbitrárias, burocracia, e os militares, foi assumido por líderes que acreditavam que poderiam ir em frente para criar nações reais e dominar o novo Estado. Alguns tiveram sucesso. Muitos falharam, e são essas falhas que levaram às guerras de terceiro tipo (HOLSTI, 1996, p. 71, tradução nossa).¹³

Esse legado de formação de Estados deixados pelos colonizadores acabou por deixar os novos Estados sem legitimidade perante seus povos. Holsti (1996, p. 80, tradução nossa) expõem duas dimensões para que os Estados sejam bem-sucedidos: “(1) a definição de comunidade sobre a qual o governo é exercido, e (2) os princípios sobre os quais o ‘direito de governar’ é baseado”¹⁴. Assim, o que se observa é que esses novos Estados carecem fortemente da solidificação do “direito de governar”, visto que nem mesmo o senso de comunidade está construído, havendo um lapso profundo de governabilidade sobre o território e sobre as comunidades.

Os Estados fracos carecem de uma legitimidade horizontal que una essas comunidades. " Não há uma comunidade única, cujos membros, metaforicamente falando, assinaram um contrato social entre si. Em vez disso, existem inúmeras comunidades e categorias que moldam a natureza das estruturas política e de autoridade” (HOLSTI, 1996, p. 106, tradução nossa).¹⁵ Observando o exemplo do Sudão, Holsti (1996, p. 107, tradução nossa) aponta que:

¹³ No original em inglês: “The colonial state, an organism that left legacies primarily of arbitrary boundaries, bureaucracy, and the military, was taken over by leaders who believed they could go on to create real nations and master the new state. Some succeeded. Many failed, and it is these failures that have led to was of a third kind”.

¹⁴ No original em inglês: “(1) the definition of the community over which rule is to be exercised, and (2) the principle(s) upon which the ‘right to rule’ is based”.

¹⁵ No original em inglês: “There is no single community whose members, metaphorically speaking, have signed a social contract among themselves. Instead, there are numerous communities and categories that shape the nature of politics and authority structures”.

Legitimidade horizontal não se desenvolve ou é destruída quando, como no Sudão, vários grupos ou comunidades de forma clara, sistematicamente, e durante um período de tempo dominam, oprimem, exploraram (por exemplo, recursos adequados), forçosamente assimila, ou ameaçam a segurança de outros grupos e comunidades.¹⁶

Devido a fraqueza do Estado, facilmente emergem movimentos revolucionários e/ou nacionalistas. As guerras a partir de 1945 passaram a ter propósitos de liberação nacional, unificação nacional e secessão, pautando, portanto, suas motivações na maneira de formação do Estado e a natureza da comunidade dentro destes (HOLSTI, 1996, p. 27). Com isso, as comunidades (civis) passam a ter um papel central na condução da guerra, pois passam a ser alvos de recrutamento dos grupos que promovem a guerra.

O propósito de tais guerras muitas vezes é politizar as massas, para transformá-los em bons revolucionários e/ou nacionalistas. Os civis não se tornam só alvos principais de operações, mas a sua transformação em um novo tipo de indivíduo torna-se um importante propósito da guerra. Como a diferença entre combatentes e civis é turva ou indistinta, não é surpreendente que o peso das causalidades é sofrido pelos habitantes de vilas, povoados e cidades (HOLSTI, 1996, p. 39, tradução nossa).¹⁷

A guerra de terceiro tipo busca se referir aos povos envolvidos nestas novas formas de conflitos, ou seja, os civis que agora passam a ser também alvos da guerra. Para Holsti (1996), são as pessoas, os civis, e não mais os combatentes que pagam o maior preço dos conflitos.

Em conflitos armados atuais, mais de 90% de todas as vítimas são civis, geralmente dos setores mais pobres da sociedade. O que predomina é o uso do terror para exercer o controle social, se necessário interrompendo o tecido das relações sociais, econômicas e culturais de base. O alvo é muitas vezes a população ao invés de território e guerra psicológica é um elemento central (SUMMERFIELD, 1995, p. 17, tradução nossa).¹⁸

A abordagem de Holsti (1996) baseia-se em uma mudança do foco de análise da ocorrência das guerras entre os Estados, com formas e características definidas como visto pelo

¹⁶ No original em inglês: “Horizontal legitimacy fails to develop or is destroyed when, as in Sudan, various groups or communities clearly, systematically, and over a period of time dominate, oppress, exploit (e.g., appropriate resources), forcibly assimilate, or threaten the security of other groups and communities”.

¹⁷ No original em inglês: “The purpose of such wars is often to politicize the masses, to turn them into good revolutionaries and/or nationalists. Civilians do not only become major targets of operations, but their transformation into a new type of individual becomes a major purpose of war. Since the distinction between combatant and civilian is blurred or indistinct, it is not surprising that the brunt of casualties are suffered by the inhabitants of villages, towns, and cities”.

¹⁸ No original em inglês: “In current armed conflicts, over 90% of all casualties are civilians, typically from the poorest sectors of the society. What predominate is the use of terror to exert social control, if necessary by disrupting the fabric of grassroots social, economic, and cultural relations. The target is often the population rather than territory, and psychological warfare is a central element”.

conceito de Clausewitz, para guerra dentro dos Estados, com combatentes e atores não mais claramente identificados. Essa nova geração de guerra e essa nova abordagem do papel do indivíduo dentro dos conflitos demandou que o conceito de segurança também fosse alargado, abrangendo essas novas perspectivas e óticas de análise dos conflitos. O conceito de segurança e o seu alargamento com a verificação das guerras de terceiro tipo serão debatidos no próximo tópico.

2.2 O conceito de segurança humana

A dimensão da segurança esteve até o fim do século XX centrada basicamente na ideia de segurança nacional, ou seja, uma dimensão de segurança centrada no Estado. Conforme define Buzan (1998) a tradição no estudo da segurança focava-se nos aspectos militares de defesa do Estado, sendo este a peça central da análise dos estudos de segurança. Esta definição de segurança ia ao encontro dos estudos clássicos de guerra.

A segurança do Estado se concentra em outros Estados com projetos agressivos ou adversários. Os Estados construíram estruturas poderosas de segurança para se defenderem – suas fronteiras, suas instituições, seus valores, seus números (CHS, 2003, p. 6, tradução nossa).¹⁹

Todavia, como visto anteriormente, a insurgência de novos tipos de conflito – as guerras de terceiro tipo – fez com que novas dimensões de análise da segurança fossem desenvolvidas. A segurança nacional não mais agrega todas as variáveis presentes nos conflitos, tornando-se necessários o alargamento do entendimento de segurança da concepção tradicional Westphaliana. Thakur (2007, p. 222, tradução nossa) apresenta a emergência destes novos conflitos ao afirmar que:

Após o fim da Guerra Fria, houve um surto de conflitos étnico-nacionais, emergências humanitárias complexas e mesmo genocídio com mortes de civis em massa. A intensificação do conflito e da vulnerabilidade humana turva a linha de Westphalia entre as esferas nacionais e internacionais da atividade humana, e o paradigma dominante da segurança nacional, com o seu estreito foco na integridade territorial, soberania estatal e independência política.²⁰

¹⁹ No original em inglês: “State security focuses on other states with aggressive or adversarial designs. States built powerful security structures to defend themselves—their boundaries, their institutions, their values, their numbers”.

²⁰ No original em inglês: “After the end of the Cold War, there was a spurt of ethnonational conflicts, complex humanitarian emergencies and even genocide with massive civilian deaths. The intensification of conflict and human vulnerability blurred the Westphalian line between the domestic and international spheres of human activity, and the dominant paradigm of national security, with its narrow focus on territorial integrity, state sovereignty and political independence”.

A ampliação do conceito de segurança tem como ponto de referência a publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas em 1994. O HDR apresentou uma nova abordagem na tratativa do papel do indivíduo durante os conflitos, apresentando o conceito de segurança humana. A ONU passou a ver o indivíduo como *key-role* durante um conflito. O HDR de 1994 apresentou um novo entendimento sobre a guerra, identificando as novas características destas, indo ao encontro com o conceito de guerras de terceiro tipo de Holsti. Para Cepik (2001, pg. 13) “o conceito de segurança humana procurou articular uma série de tentativas anteriores de alargar e substituir a noção de segurança nacional vigente durante a Guerra Fria”. O cerne do conceito de segurança humana apresentado pelo HDR está na observação de que “A segurança humana significa que as pessoas podem exercer suas escolhas com segurança e livremente e que elas podem ser relativamente confiantes de que as oportunidades que têm hoje não estão totalmente perdidas amanhã” (HDR, 1994, pg. 23).

Em um sentido fundamental, o conceito de "segurança" pode ser definido como a ausência de ameaça a esses valores humanos fundamentais [bem-estar e sobrevivência], incluindo o valor humano mais básico, a segurança física do indivíduo. Uma vez que um grande número de valores humanos vai além da segurança do indivíduo, este conceito de segurança pode levar a um grande número de tipos de segurança. É útil, portanto, agregar alguns destes valores sob o termo "segurança humana", reconhecendo que os problemas ou ameaças à segurança humana são diversos e que os instrumentos para os aliviar provavelmente serão bastante variados (HAMPSON, 2002, pg. 4, tradução nossa).²¹

Deve-se notar que vários precedentes foram fundamentais para essa ampliação do conceito de segurança. Hampson (2002, p. 7) aponta sete fatores que contribuíram para isso: primeiro, a elaboração de um regime internacional legal de normas, princípios e precedentes que visam reforçar a defesa dos direitos humanos; segundo, o modelo democrático foi amplamente difundido com o fim da Guerra Fria, fazendo com que uma maior preocupação com os direitos humanos, e conseqüentemente com a segurança humana, fossem adotados nas democracias; terceiro, o crescimento do número de organizações não-governamentais que apontaram as necessidades dos grupos vulneráveis, indo ao encontro da segurança humana; quarto fator é o aprimoramento da mídia, que passou a transmitir os eventos em tempo real, comovendo as pessoas pelas atrocidades cometidas nos conflitos; quinto, mudança na natureza

²¹ No original em inglês: “In a fundamental sense, the concept of ‘security’ can be defined as the absence of threat to these core human values, including the most basic human value, the physical safety of the individual. Because large numbers of human values go beyond the safety of the individual, this security concept can lead to an enormous number of types of security. It is useful, therefore, to aggregate some of these values under the term ‘human security’, recognizing that the problems of threats to human security are diverse and that the instruments to relieve them likely will be quite varied”.

da política internacional com o surgimento de uma nova leva de “potências médias” que estão comprometidas com o avanço do conceito de segurança humana; sexto, a globalização contribui para que não somente as trocas econômicas aumentassem, mas também o fluxo de ideias. Além disso, contribuiu para o aumento das disparidades econômicas, afetando a segurança humana em determinados países; sétimo, a mudança da característica dos conflitos, envolvendo agora os civis.

A segurança humana, todavia, não vai contra o proposto pelo conceito tradicional de segurança nacional, mas sim apresenta novos aspectos que envolvem a análise de segurança. O desafio da segurança humana é abordar o indivíduo como objeto de análise, não sendo a segurança apenas um fim, mas sim um meio (ALENCAR, 2015, pg. 194). Segundo Thakur (2007, pg. 239, tradução nossa):

A mudança de "segurança nacional" para a "segurança humana" é de importância histórica. Mas ao invés de uma substituição indiscriminada de um conceito de segurança por outro, pode ser mais rentável aceitar uma convivência pluralista. A segurança humana não é nem oposição à segurança nacional nem um substituto para ela. Em certos contextos, "segurança nacional" ainda pode ser mais durável e satisfatório como o prisma analítico através do qual ver as ameaças e respostas de segurança. Em outros contextos, a problemática de segurança pode ser melhor enquadrada no vocabulário conceitual da segurança humana.²²

Além disso, o Relatório de 2003 da Comissão de Segurança Humana (CHS)²³ apresenta que:

Segurança entre Estados continua a ser uma condição necessária para a segurança das pessoas, mas a segurança nacional não é suficiente para garantir a segurança das pessoas. Para isso, o Estado deve fornecer várias proteções aos seus cidadãos. Mas os indivíduos também necessitam proteção contra o poder arbitrário do Estado, através das leis do direito e da ênfase nos direitos civis e políticos, bem como os direitos socioeconômicos (CHS, 2003, p. 3, tradução nossa).²⁴

²² No original em inglês: “The shift from ‘national security’ to ‘human security’ is of historic importance. But rather than a wholesale replacement of one security concept by another, it may be more profitable to accept a pluralistic coexistence. Human security neither in opposition to national security nor a substitute for it. In certain contexts, ‘national security’ may still prove more durable and satisfying as the analytical prism through which to view security threats and responses. In other contexts, the security problematique may be better framed in the conceptual vocabulary of human security”.

²³ A Comissão de Segurança Humana foi criada em 2001 dentro do Secretariado da ONU. O relatório publicado em 2003 pela Comissão foi intitulado “Human Security Now” e teve como principais contribuintes o ex Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Sadako Ogata, e pelo professor e nobel em economia Amartya Sen.

²⁴ No original em inglês: “Security between states remains a necessary condition for the security of people, but national security is not sufficient to guarantee peoples’ security. For that, the state must provide various protections to its citizens. But individuals also require protection from the arbitrary power of the state, through the rule of law and emphasis on civil and political rights as well as socio-economic rights”.

Nesse mesmo sentido, Cepik (2001) observa que a segurança humana busca um espaço junto com a segurança nacional. A securitização de novos temas acaba por tornar a agenda de segurança muito mais ampla que somente a defesa militar externa. Os novos aspectos apresentados pelo conceito da segurança humana passam agora a ter relevância junto à agenda tradicional de segurança.

[...]o que se chama de segurança no sistema de relações interestatais é um tipo de estabilização relativamente precária de relações conflitivas e ameaçadoras. No caso das relações interestatais, essa estabilização só é obtida às custas da mobilização de recursos coercitivos e medidas excepcionais que aumentam as tensões entre segurança individual e segurança estatal. Ao reivindicar a “securitização” de temas como o combate à pobreza, o controle epidemiológico de doenças, a melhoria da educação e a luta contra a degradação ambiental, a abordagem da *human security* pretendia trazer esses temas para o centro da agenda, obtendo o mesmo tipo de prioridade e tratamento especial que os temas tradicionais de segurança, especialmente a defesa militar externa e o provimento de ordem pública dentro dos países (CEPIK, 2001, p. 16).

A segurança humana, portanto, difere-se da segurança nacional pelos aspectos securitizados que aborda, baseando-se, primordialmente, pela possibilidade de as pessoas poderem exercerem livremente as garantias adquiridas quanto ao desenvolvimento humano. Como ilustra o HDR (1994, pg. 22, tradução nossa) “A segurança humana não é uma preocupação com armas - é uma preocupação com a vida humana e a dignidade”.²⁵

A segurança humana é - para proteger o núcleo vital de todas as vidas humanas de forma a aumentar as liberdades humanas e realização humana. A segurança humana significa proteger as liberdades fundamentais – liberdades que são a essência da vida. Significa proteger as pessoas de ameaças e situações críticas (graves) e penetrantes (generalizada) (CHS, 2003, p. 4, tradução nossa).²⁶

A segurança humana amplia, assim, o foco da segurança das fronteiras para a vida das pessoas e comunidades dentro e através dessas fronteiras. A ideia é que as pessoas estejam seguras, e não apenas os territórios dentro das fronteiras estarem seguros contra as agressões externas. E, ao contrário das abordagens tradicionais que vestem o Estado com total responsabilidade pela segurança do Estado, o processo de segurança humana envolve um espectro muito mais amplo de atores e instituições—especialmente as pessoas em si. A segurança humana está preocupada com o conflito violento. Para qualquer forma que a violência assume, seja terrorismo ou o crime de guerra, a violência viola a segurança das pessoas (CHS, 2003, p. 6, tradução nossa).²⁷

²⁵ No original em inglês: “Human security is not a concern with weapons – it is a concern with human life and dignity”.

²⁶ No original em inglês: “Human security is - to protect the vital core of all human lives in ways that enhance human freedoms and human fulfilment. Human security means protecting fundamental freedoms— freedoms that are the essence of life. It means protecting people from critical (severe) and pervasive (widespread) threats and situations”.

²⁷ No original em inglês: “Human security thus broadens the focus from the security of borders to the lives of people and communities inside and across those borders. The idea is for people to be secure, not just for territories within borders to be secure against external aggression. And unlike traditional approaches that vest the state with full responsibility for state security, the process of human security involves a much broader spectrum of actors and institutions— especially people themselves. Human security is concerned with violent

O Relatório ainda traz como principal aspecto da segurança humana o *freedom from fear* e *freedom from want*, retomando o preâmbulo da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU de 1948.

À face do indivíduo como sujeito de direitos, se coloca a dimensão da segurança humana da —liberdade do medo (*freedom from fear*), o indivíduo tem o direito de ser protegido da guerra e de não ter a sua vida colocada em risco em virtude de sua etnia, sexo ou religião. E à face do indivíduo como sujeito de dignidade, se coloca a dimensão da segurança humana da —liberdade do querer (*freedom from want*), no qual, não basta ao indivíduo viver, ele precisa viver sem o medo da fome, da doença e dos males da miséria, ou seja, é necessário prevenir os indivíduos das vulnerabilidades que ameaçam a sua dignidade (OLIVEIRA, 2011, pg. 70).

Com essa base, o Relatório apresentou sete dimensões da segurança humana, sendo elas: econômica, saúde, pessoal, política, alimentação, ambiente e comunidade. Oliveira (2011) apresenta as sete dimensões da seguinte forma:

1) Segurança Econômica: garantir o ingresso básico em um trabalho produtivo e remunerado, ou como último recurso, de algum sistema de segurança financiado com recursos públicos. Garantir os recursos mínimos às pessoas e a necessidade de se resolver os problemas estruturais, entre eles, o desemprego, a desigualdade socioeconômica e o trabalho precário;

2) Segurança Alimentar: todas as pessoas devem ter acesso aos alimentos básicos. Isto significa não só que haja alimento suficiente para todos, mas também que as pessoas tenham acesso imediato aos alimentos, seja porque plantam, compram ou recebem de um sistema público de distribuição de alimentos.

3) Segurança Sanitária: as epidemias, a falta de água potável, os acidentes de trânsito, o câncer, dentre outros problemas, são analisados no Relatório com a ênfase de que as ameaças sanitárias são maiores em áreas de pobreza. O Relatório cita que 17 milhões de pessoas morrem por ano, nos países em desenvolvimento, em decorrência de doenças contagiosas e parasitárias, como diarreia, tuberculose e infecções respiratórias agudas;

4) Segurança Ambiental: o desmatamento, a poluição do ar e da água, enfim, os processos de degradação de ecossistemas. O Relatório destaca que a escassez de água pode se tornar um fator causador de conflitos étnicos e políticos;

conflict. For whatever form violence takes, whether terrorism or crime or war, violence unseats people's security".

5) Segurança Pessoal: segurança frente à violência física, seja do Estado (tortura), de outros Estados (guerra), de outros indivíduos (violência urbana, crimes, tráfico de drogas). A violência contra a mulher, crianças e os suicídios, também são citados nesse item;

6) Segurança Comunitária: a maior parte das pessoas obtém a sua segurança na participação em um grupo, na família, comunidade, organização, grupo étnico. Assim, podem manifestar a sua identidade cultural e valores em conjunto. Lutas entre etnias, limpeza étnica e questões indígenas são tratadas nesse ponto;

7) Segurança Política: As pessoas necessitam viver numa sociedade que respeite os seus direitos humanos fundamentais. São apontados tanto os direitos humanos dos cidadãos num Estado, como os elementos que impedem a sua efetivação: a repressão política por parte do Estado, a tortura, os desaparecimentos, as detenções ilegais, etc.

A segurança humana é vista, dessa forma, como uma interligação das sete dimensões que podem ser vistas sob uma ótica de três dimensões mais amplas, conforme a figura abaixo. As três óticas emanam do debate entre as fronteiras da segurança humana e sua relação com as demais conceptualizações de segurança (HAMPSON, 2002, pg. 16).

Figura 1 – As três dimensões da Segurança Humana



Fonte: HAMPSON, F. O. *Madness in the Multitude*. Oxford: Ontario, 2002.

Devido a essa abrangência da segurança humana para diferentes dimensões, não há somente uma abordagem possível de atuação tomando-se como base a segurança humana. Com isso, propostas diferenciadas de atuação foram sendo desenvolvidas, sendo reconhecida a abordagem que o Canadá e o Japão adotaram para a segurança humana. Thakur (2007, p. 218, tradução nossa) apresenta a diferença das duas abordagens expondo que:

Os canadenses têm dado prioridade à proteção dos cidadãos em risco de atrocidades resultantes de Estados fracassados ou criminosos e criar uma comissão internacional para tentar conciliar o imperativo para prestar uma proteção efetiva às populações em situação de risco com a realidade persistente da soberania do Estado. O Japão tem priorizado a dimensão de desenvolvimento da segurança humana e criou a sua própria Comissão Mundial sobre a Segurança Humana. A haste emocional que liga ambas à proteção e agendas de bem-estar é a solidariedade para além das fronteiras, a sensação de afinidade compartilhada com outros seres humanos como seres humanos independentemente das diferenças de nacionalidade, raça, religião ou gênero.²⁸

Após a publicação do Relatório, em 1999 foi criado um fundo para financiar projetos que tivessem como propósito a segurança humana.²⁹ Além disso, a temática da segurança humana se consolidou nas Nações Unidas com a criação da Comissão de Segurança Humana em 2001, sendo uma Comissão independente. Já em 2004, no âmbito do secretariado da ONU, foi-se criada a Unidade de Segurança Humana. A partir desse ponto, as tratativas da segurança humana ganharam espaço entre os países membros da ONU e o enfoque da análise das liberdades dos indivíduos tomou papel primordial no estudo do desenvolvimento.

Entre os principais atores, o Conselho de Segurança da ONU tem gradualmente ampliado seu conhecimento de segurança para incluir a proteção das pessoas através do reconhecimento das ligações entre a segurança e as mulheres, crianças, refugiados e HIV/AIDS. E para promover consistência, o Conselho adotou um memorizador sobre a proteção de civis, centrando-se em quatro temas: proteção de civis em conflitos; mulheres, paz e segurança; crianças em conflitos armados; e prevenção de conflitos (CHS, 2003, p. 24, tradução nossa).³⁰

Prevenção de conflitos está agora no topo da agenda das Nações Unidas e do G-8. Ferramentas disponíveis incluem mecanismos de alerta precoce, sanções específicas,

²⁸ No original em inglês: “Canadians have given priority to protecting citizens at risk of atrocities arising from failed or perpetrator states and set up an international commission to try to reconcile the imperative to render effective protection to at-risk populations with the persisting reality of state sovereignty. Japan has prioritised the developmental leg of human security, and set up its own World Commission on Human Security. The emotional rod that connects both the protection and wellbeing agendas is solidarity across borders, the sense of shared affinity with fellow human beings qua human human beings regardless of differences in nationality, race, religion or gender”.

²⁹ O fundo foi criado conjuntamente entre o Secretariado da ONU e o governo do Japão, sendo denominado UNTFHS (United Nations Trust Fund for Human Security). Posteriormente, a partir de 2007, aderiram ao fundo os governos da Eslovênia e Tailândia. (HUMAN SECURITY HANDBOOK, 2009).

³⁰ No original em inglês: “Among the key actors, the UN Security Council has gradually broadened its understanding of security to include the protection of people by recognizing the links between security and women, children, refugees and HIV/AIDS. And to promote consistency, the Council adopted an aide memoire on the protection of civilians, focusing on four themes: protection of civilians in conflict; women, peace and security; children in armed conflict; and conflict prevention”.

averiguação e missões diplomáticas, e implantação de operações de manutenção de paz preventivas. E mais ênfase está sendo dada à educação, redução da pobreza e equidade (CHS, 2003, p. 131).³¹

Além da criação da Comissão e da Unidade da Segurança Humana observou-se também um alargamento da discussão sobre o conceito de segurança humana na Assembleia Geral. No ano de 2005, na Cúpula Mundial da ONU realizada para se discutir os andamentos das propostas feitas na Cúpula do Milênio de 2000, os Estados membros, no documento final da Cúpula³² em seu parágrafo 143, se comprometeram a discutir e definir com maior propriedade o conceito de segurança humana:

Ressaltamos o direito das pessoas a viver em liberdade e dignidade, livre da pobreza e desespero. Reconhecemos que todos os indivíduos, em especial as pessoas vulneráveis, tem direito ao *freedom from fear* e *freedom from want*, com uma oportunidade igual a desfrutar de todos os seus direitos e desenvolver plenamente o seu potencial humano. Para este fim, comprometemo-nos a discutir e definir a noção de segurança humana na Assembleia Geral.³³

Após o comprometimento dos Estados membros em discutirem a adoção da segurança humana tanto nas atividades da ONU como nas atividades dos Estados, vários Relatórios do Secretariado Geral³⁴, requisitados pela Assembleia Geral, foram realizados, além de reuniões consultivas e temáticas para acompanhar a condução da segurança humana nas ações da ONU, dos Estados, das organizações internacionais e das organizações não-governamentais.

Assim, identificou-se que tanto governos e organizações regionais incluíram a segurança humana dentro das suas ações concernentes aos direitos humanos, desenvolvimento e resolução de conflitos. O Relatório 64/701 de 2010 do Secretariado Geral expõem que:

Ao longo das últimas duas décadas, os governos têm feito esforços significativos para colocar a segurança humana nas suas políticas nacionais e externas. Além dos esforços feitos por membros do *Friends of Human Security* e da *Human Security Network*, as preocupações com a segurança humana também são de interesse de países como a Mongólia, Equador e Tailândia [...] Organizações intergovernamentais regionais e

³¹ No original em inglês: “Preventing conflict is now high on the agenda of the United Nations and the G-8. Available tools include early warning mechanisms, targeted sanctions, factfinding and diplomatic missions, and preventive deployments of peacekeeping operations. And more emphasis is being placed on education, poverty reduction and equity”.

³² Resolução da Assembleia Geral 60/1 adotada em 16 de setembro de 2005.

³³ No original em inglês: “We stress the right of people to live in freedom and dignity, free from poverty and despair. We recognize that all individuals, in particular vulnerable people, are entitled to freedom from fear and freedom from want, with an equal opportunity to enjoy all their rights and fully develop their human potential. To this end, we commit ourselves to discussing and defining the notion of human security in the General Assembly.”

³⁴ Relatório A/64/701; Relatório A/66/763; Relatório A/68/685.

sub-regionais desempenham um papel importante na identificação de inseguranças comuns, mobilizando apoio e promovendo a ação coletiva. Com o conhecimento dos nuances políticos e sensibilidades culturais das suas regiões, estas organizações são parceiros fundamentais para garantir a segurança humana.³⁵

Tratando-se de organizações regionais, o Secretariado Geral da ONU observou que várias foram as normativas que garantiram a incorporação da segurança humana dentro da atuação destas. A Organização dos Estados Americanos (OEA), em sua “Declaração sobre Segurança nas Américas” adotada em 2003, traz o termo de segurança humana e as garantias que devem ser asseguradas à vida das pessoas. A União Africana também traz o conceito de segurança humana no seu Pacto de Defesa Comum e Não-Agressão, o Ato Africano de Constituição da União e do Termo de Compromisso com a Paz e Segurança em África. A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1997 emitiu uma declaração intitulada ASEAN Vision 2020 em que se apresentam aspectos da segurança humana que posteriormente foram reforçados em outras declarações. Na região do Pacífico, o Fórum das Ilhas do Pacífico adotou o Quadro de Segurança Humana para o Pacífico 2012-2015 em junho de 2012. Por fim, a União Europeia pauta profundamente suas ações com base na dignidade humana e na defesa da segurança humana.³⁶

Todavia, a introdução do conceito de segurança humana para o âmbito de atuação da ONU, pode, para alguns autores, gerar problemas no aumento do escopo de atuação das intervenções da organização. Cepik (2001, p. 5), aponta que:

[..] A tentativa equivocada de tentar resolver a ambigüidade moral do conceito de segurança nacional através do recurso ao conceito de segurança humana (*human security*). A crítica dessa tentativa permitirá que se tenha uma avaliação mais precisa dos riscos de perda de eficiência na operação das forças armadas e dos serviços de inteligência, principalmente em função da expansão excessiva do leque de requerimentos defensivos e informacionais resultantes da adoção do conceito de segurança humana como um parâmetro para o planejamento de políticas de segurança. Além de resultar em perda de eficiência, uma eventual ancoragem das missões das forças armadas e dos serviços de inteligência no conceito de segurança humana traz riscos adicionais para a política democrática ao “securitizar” temas e problemas não relacionados ao uso potencial da força (educação, meio ambiente, saúde etc.).

³⁵ No original em inglês: “Over the past two decades, Governments have made significant efforts to place human security in their national and foreign policies. In addition to efforts made by members of the Friends of Human Security and the Human Security Network, concerns for human security are also of interest to countries like Mongolia, Ecuador and Thailand. Regional and subregional intergovernmental organizations play an important role in identifying common insecurities, mobilizing support and advancing collective action. With knowledge of the political nuances and cultural sensitivities of their regions, these organizations are crucial partners in guaranteeing human security”.

³⁶ A análise completa das ações adotadas pelas organizações regionais e pelos governos podem ser conferidas nos relatórios do Secretariado Geral sobre o acompanhamento da segurança humana que foram citados anteriormente.

Ocorre que o conceito de segurança humana veio a afirmar os fundamentos de direitos humanos antes já estabelecidos, mas acabou por também permitir um olhar sobre a segurança bastante abrangente, permitindo uma maior manobra dos países para justificar a intervenção no Terceiro Mundo. A guerra ao terror³⁷ apropriou-se do conceito de segurança humana, como expõem Bazzano (2014, p. 52):

Contudo, esse caráter preventivo da segurança humana, pode ter ficado momentaneamente obscurecido, em virtude das consequências políticas da “guerra ao terror”. É difícil avaliar os efeitos políticos de um evento tão recente, mas há alguns indícios para se afirmar que a “guerra ao terror” possa, ao menos, ter desvirtuado os propósitos iniciais da formulação de segurança humana. Um desses indícios seria a mudança nos critérios de ajuda internacional. O que antes estava associado ao combate à pobreza passa a ser associado com a cooperação às políticas de combate ao terror, encabeçadas pelos Estados Unidos.

A segurança humana visa trazer o indivíduo como *key-role* na visão securitizadora, mas com uma abrangência de dimensões bastante amplas acaba por permitir que intervenções sejam justificadas com base nessa ótica ampla de garantias a serem defendidas. Há, portanto, uma relação entre os aspectos da segurança humana e os novos conflitos que emergiriam no pós-Segunda Guerra, tendo claro que a segurança humana é invocada para a atuação em conflitos intra-estatais e principalmente na periferia do sistema internacional (BAZZANO, 2014).

Através desta compreensão do conceito de segurança humana e visto que as guerras de terceiro tipo, como apontado anteriormente, apresentam a característica de envolverem civis de forma direta no conflito, acabando por violar de forma grave as dimensões propostas pelo conceito de segurança humana. Como expõem Holsti (1996, pg 40, tradução nossa) “A partir de que essas guerras de terceiro tipo são fundamentalmente sobre pessoas, e envolvem civis tanto como combatentes como vítimas, seu maior legado depois de matar e mutilar é as ondas de refugiado que elas criam”.

O HDR também observa o desenvolvimento dos novos conflitos como tipicamente conflitos intra-estatais, indo ao encontro do conceito de Holsti.

Futuros conflitos tendem a ser dentro das nações em vez de entre elas, com suas origens baseadas a fundo na crescente privação socioeconômica e disparidades. A

³⁷ A guerra ao terror foi uma estratégia adotada pelos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro. O objetivo era combater grupos terroristas que colocam em ameaça a segurança mundial. Para maiores definições sobre guerra ao terror consultar SOUZA, A.; NASSER, R.; MORAES, R. Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror. Ipea: Brasília, 2014.

busca da segurança em tal ambiente encontra-se baseada no desenvolvimento, e não em armas (HDR, 1994, pg. 1, tradução nossa).³⁸

Os relatórios do Secretariado Geral sobre a segurança humana também observam os aspectos dos novos conflitos e como a segurança humana é atingida nesses ambientes. As novas formas de conflito, ou as guerras de terceiro tipo, estão intrinsicamente ligadas com graves violações à segurança humana das pessoas, visto que os civis têm suas liberdades completamente privadas.

Os conflitos contemporâneos esmagadoramente impactam populações civis. No pós-conflito, a paz é frequentemente muito frágil e as necessidades das pessoas são muito maiores do que as capacidades disponíveis. Como resultado, as situações de pós-conflito são fluídas e criam novas incertezas que juntas podem enfraquecer a capacidade da população afetada para estabelecer as condições necessárias para a recuperação.³⁹

O Relatório de 2010 do Secretariado Geral conclui que a segurança humana é extremamente necessária para responder aos conflitos atuais. Observa que as ameaças por se espalharem por dentro do Estado e também podendo transbordar as fronteiras, necessitam de uma abordagem de resposta e de análise mais ampla do que a da segurança do Estado, incumbindo a segurança humana do papel de garantia da dignidade das pessoas em regiões de conflito.

No mundo cada vez mais interligado de hoje, onde as ameaças potencialmente podem se espalhar rapidamente dentro e entre países, a segurança humana é uma abordagem prática para a crescente interdependência das vulnerabilidades que enfrentam povos e comunidades. Como resultado, a aplicação de chamadas de segurança humana centradas nas pessoas, abrangentes, em contexto específico e respostas preventivas. Esta abordagem ajuda a concentrar a atenção sobre as ameaças atuais e emergentes; identifica as causas por trás dessas ameaças; e suporta sistemas de alerta precoce que ajudam a mitigar o impacto de tais ameaças. Além disso, essa abordagem promove respostas de múltiplos atores interessados que permitem a proteção e capacitação das pessoas e comunidades. Juntos este desejo de avançar o *freedom from fear, freedom from want* e liberdade para todos viverem com dignidade.⁴⁰

³⁸ No original em inglês: “Future conflicts may often be within nations rather than between them-with their origins buried deep in growing socio-economic deprivation and disparities. The search for security in such a milieu lies in development, not in arms”.

³⁹ No original em inglês: “Contemporary conflicts overwhelmingly impact civilian populations. In the aftermath of conflicts, peace is often very fragile and the needs of people are far greater than the capacities available. As a result, post-conflict situations are fluid and create new uncertainties that together can weaken the ability of the affected population to establish the necessary conditions for recovery”.

⁴⁰ Relatório do Secretariado Geral 64/701, 2010. No original em inglês: “In today’s increasingly interlinked world, where threats can potentially spread rapidly within and across countries, human security is a practical approach to the growing interdependence of vulnerabilities facing peoples and communities. As a result, the application of human security calls for people-centred, comprehensive, context-specific and preventive responses. Such an approach helps focus attention on current and emerging threats; identifies the root causes behind these threats; and supports early warning systems that help mitigate the impact of such threats. Furthermore, such an approach

Pode-se verificar, então, uma relação direta entre o conceito de segurança humana e as guerras de terceiro tipo. As dimensões da segurança humana visam observar como o respeito às liberdades dos indivíduos dentro do escopo do desenvolvimento humano são asseguradas, sendo que estas garantias acabam por ser profundamente abaladas quando da insurgência de um conflito em que envolve os civis, como as guerras de terceiro tipo. Ademais, nas guerras de terceiro tipo o centro passa a ser os indivíduos, que são ao mesmo tempo os combatentes e alvos dos ataques, referindo, portanto, a uma mudança dos aspectos securitizados do Estado para aspectos securitizados dos indivíduos, adentrando ao conceito da segurança humana.

Neste capítulo foi verificada a mudança das características dos conflitos das guerras clássicas para as guerras de terceiro tipo. Como visto com o exposto por Clausewitz (1989), as guerras clássicas seguiam uma linearidade e havia uma identificação clara do papel de todos os envolvidos nos conflitos. Havia, portanto, uma delimitação do que seriam os alvos na guerra, permitindo que as liberdades dos civis fossem respeitadas e os mesmos não sofressem com ataques. Porém, Holsti (1996) verifica a mudança das características das guerras a partir do pós-Segunda Guerra, sendo que nessas guerras, denominadas de terceiro tipo, não há mais distinção entre os combatentes e os civis passam também a ser alvos dos ataques e a fazer parte da guerra. Além disso, apontou-se que devido a essa mudança das características das guerras, a dimensão da segurança também sofreu alterações, não possuindo mais somente o foco na segurança nacional dos Estados, mas verificando que o indivíduo passa também a fazer parte desta dimensão. Assim, a ONU introduziu em 1994 o conceito da segurança humana, em que visa colocar o indivíduo como o centro da segurança ao invés do Estado, garantido e assegurando as liberdades individuais emanadas dos aspectos concernentes ao desenvolvimento.

No próximo capítulo será apresentado a formação dos Estados nacionais europeus e as semelhanças e diferenças da formação do Estado do Sudão que o levaram a ser classificado como um Estado fracassado. Em continuação à apresentação da formação histórica do Estado do Sudão será apresentada a região de Darfur e as características históricas que levaram à eclosão do conflito de Darfur. Serão discutidas as variáveis presentes no conflito de Darfur, os grupos envolvidos e a atuação do governo e da comunidade internacional.

promotes multi-stakeholder responses that enable the protection and empowerment of people and communities. Together these aim to advance freedom from fear, freedom from want and freedom to live in dignity for all”.

3 A FORMAÇÃO DO ESTADO DO SUDÃO E O CONFLITO DE DARFUR

O modelo de Estado que vemos ser adotado pela comunidade internacional hoje é fruto da exportação do modelo de Estado nacional que tem sua origem na Europa. Porém, durante a formação de novos Estados a partir do século XX, o modelo por vezes teve dificuldade em ser implantado, visto que o uso da guerra como instrumento desta formação já não era mais aceito pela comunidade internacional. Assim, muitos Estados fracassaram em estabelecerem suas instituições e exercer controle sobre seu território, que é o caso do Sudão. Esse fracasso dos Estados acabou por criar espaço para a emergência de inúmeros conflitos, desestabilizando ainda mais os Estados que já estavam fragilizados. Com base nisto, apresentaremos neste capítulo a teoria de Charles Tilly sobre a formação dos Estados nacionais europeus, passando para o estudo da formação do Estado do Sudão e a emergência do conflito de Darfur, finalizando com a análise do conflito, os atingidos e a resposta da comunidade internacional.

3.1 A formação e o modelo dos Estados nacionais europeus

Os Estados nacionais europeus como conhecemos hoje são frutos de uma longa história de batalhas para a sua formação, constituindo ao fim um modelo de Estado que foi adotado como modelo padrão por quase todo o mundo. A forma como se construiu estes Estados, ou seja, através da coerção e da concentração de capital, define muitos dos aspectos necessários para a constituição de Estados nacionais (TILLY, 1996). Far-se-á, neste tópico, uma análise de como ocorreu a formação dos Estados nacionais europeus à luz da teoria de Charles Tilly (1996) para compreender os aspectos centrais que foram determinantes para a constituição destes.

Primeiramente, é importante compreender o que permeia a definição de Estado. Por vezes toma-se como verdadeira a afirmação de que Estado é o conjunto de um povo unido em uma nação, identificando-se mutuamente como membros de um mesmo grupo. Porém, Tilly (1996) observa que o Estado nacional necessariamente não precisa ser um Estado nação em que o povo compartilha identidade linguística, religiosa e simbólica. Através disso, entende-se que dentro de um Estado podem coexistir diferentes nações, sem afetar a organização institucional e coercitiva exercida por ele. Assim, Tilly (1996, p. 46) define Estado como “aquelas organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de

extensos territórios”. A definição de Tilly vai ao encontro da definição de Estado de Max Weber⁴¹, que também apontava para o monopólio do uso legítimo da força sobre um território.

[...] uma organização distinta que controla os principais meios concentrados de coerção dentro de um território bem definido, e em alguns aspectos exerce prioridade sobre todas as outras organizações que operam dentro do mesmo território. (Um Estado *nacional*, portanto, estende o território em questão a múltiplas regiões adjacentes e mantém uma estrutura própria relativamente centralizada, diferenciada e autônoma.) Homens armados formam os Estados por intermédio da acumulação e concentração de seus meios de coerção dentro de um determinado território, da criação de uma organização que seja distinta pelo menos em parte daquelas que comandam a produção e reprodução no território, da apropriação, cooptação ou liquidação de outras concentrações de coerção dentro do mesmo território, da definição de fronteiras e do exercício do poder dentro dessas fronteiras (TILLY, 1996, p. 199).

Como apontado por Tilly (1996), os Estados têm o controle do poder de coerção⁴² sobre um determinado território, com base no modelo de Estado nacional europeu que conhecemos. Assim, através do uso da coerção e da força que os Estados europeus foram se consolidando e definindo as suas fronteiras e instituições ao longo do tempo. Tilly (1996, p. 267) aponta que “Guerra compeliu não só o sistema de Estado e a formação de Estados individuais, como também a distribuição do poder sobre o Estado”. O autor observa que a maioria dos Estados fizeram guerras ao longo do tempo para se consolidarem como Estados nacionais. O que se constata é que a guerra foi um instrumento fundamental para os príncipes e monarcas europeus conquistarem territórios e exercerem controle sobre a população (TILLY, 1996).

A guerra pesou bastante na formação dos Estados durante toda a história que estamos examinando aqui; nessa medida, o processo foi sempre externo. No entanto, quanto mais remontarmos no tempo, mais governantes e pretensos governantes vemos lutarem para sujeitar as populações dentro dos territórios que controlam nominalmente, combaterem os antagonistas armados dentro desses territórios, conquistarem terras e povos adjacentes e construir seus próprios monopólios de força. Assim, vemo-los criarem irrefletidamente Estados cujas estruturas ostentam as marcas das lutas e negociações que lhes deram origem. Inversamente, à medida que avançamos no tempo, testemunhamos a crescente relevância dos concertos entre Estados para o destino de algum Estado particular - pelo menos até a Segunda Guerra Mundial (TILLY, 1996, p. 260).

⁴¹ O Estado, para Weber (1921, p.1) é “a human community that successfully claims the monopoly of the legitimate use of physical force within a given territory”.

⁴² Tilly (1996, p. 67) define coerção como “A coerção compreende toda aplicação combinada - ameaçada ou real - de uma ação que comumente causa perda ou dano às pessoas ou às às posses de indivíduos ou grupos, os quais estão conscientes tanto da ação quanto do possível dano. (Essa definição desajeitada exclui o dano não-intencional, indireto e secreto.)

O modelo de Estado nacional europeu foi, portanto, marcado pela guerra para a sua formação. Aliado a isso, tem-se que este modelo foi amplamente difundido como o sistema de Estado a ser adotado mundialmente, a exemplo das dominações coloniais nos países africanos em que os países colonizadores adotavam o modelo europeu para constituírem os novos Estados (Sudão, Somália, Malawi, etc.), mesmo com a existência de diferentes modelos padrões em outros continentes. Foi possível através da influência do continente europeu e das grandes dominações exportar o modelo de Estado que havia sido construído na Europa. Tilly (1996, p. 260) constata que:

Durante os últimos quinhentos anos, portanto, ocorreram três coisas surpreendentes. Primeiro, quase toda a Europa se consolidou em Estados nacionais com fronteiras bem-definidas e relações mútuas. Segundo, o sistema europeu se disseminou por quase o mundo todo. Terceiro, os outros Estados, agindo em concerto, exerceram uma crescente influência sobre a organização e o território dos novos Estados. As três mudanças estão estreitamente interligadas, já que os estados líderes da Europa difundiram o sistema por intermédio da colonização, da conquista e da penetração dos Estados não-europeus. A criação primeiramente da Liga das Nações e, depois, das Nações Unidas apenas ratificou e racionalizou a organização de todos os povos da terra num único sistema de Estado.

Visto que o modelo de Estado europeu traz consigo a guerra como elemento fundamental de formação do Estado e que este modelo foi amplamente difundido pelo mundo, há de se esperar que os novos Estados a serem formados em um período mais recente também utilizassem da guerra como instrumento para a sua construção. Os Estados recém-independentes, antes colônias europeias, seguiram o exemplo e o modelo do Estado europeu em seus próprios Estados, visto o legado dos colonizadores que já haviam constituídos nestes novos Estados instituições aos moldes do modelo europeu. Os colonizadores exportaram para as suas colônias o modelo de instituições e administrações que prevalecia em seus territórios e com o consenso dos líderes das colônias, visto que estes foram educados para governar com base no modelo ocidental (TILLY, 1996, p. 274). Dessa forma, fica clara a percepção de que a guerra seria um elemento a ser exportado junto com o modelo, tendo em vista a ligação intrínseca entre ambos.

Os novos Estados que surgiram no século XX experimentaram, inclusive, maiores tensões do que aquelas da Europa quando da sua constituição de Estados nacionais. Estes novos Estados, portanto, baseados no modelo europeu de formação e com as tensões que enfrentavam, tanto de conflito doméstico quanto de estrangeiro, também necessitaram adotar a coerção e a beligerância para se constituírem (TILLY, 1996, p. 276).

Em média, os novos participantes seguiam as trajetórias de intensa aplicação de coerção. As potências coloniais que abandonaram suas possessões deixaram atrás de si pouco capital acumulado, mas legaram como herança aos Estados sucessores forças militares que haviam sido recrutadas entre as forças repressivas e moldadas a partir dessas mesmas forças que eles criaram para manter as suas administrações locais. Essas forças armadas, relativamente bem-equipadas e bem-treinadas, se especializaram, então, muito mais no controle das populações civis e no combate aos insurgentes do que nas guerras entre Estados (TILLY, 1996, p. 282-283).

Apesar dessa necessidade do uso da coerção para o estabelecimento dos novos Estados, após a Segunda Guerra Mundial e com a criação da ONU, a guerra passou a ser um fato não aceito pela comunidade internacional, pois a partir daquele momento o que se buscava era a paz entre os diferentes Estados do Sistema Internacional. Com isso, limitou-se o uso da guerra e da luta como forma de conquista de poder. Neste sentido, Tilly (1996, p. 261) aponta que:

No decurso dos três últimos séculos, alguns pactos entre Estados poderosos reduziram cada vez mais *os limites dentro* dos quais podia *ocorrer* algum tipo de luta nacional pelo poder. E isso foi feito através da imposição de acordos de paz internacionais, da organização de colônias, da difusão de modelos padronizados de exércitos, burocracias e outros elementos do aparelho estatal, da criação de organizações internacionais encarregadas de estender o sistema de Estado, da garantia coletiva de fronteiras nacionais e de intervenção para manter a ordem doméstica. Esse estreitamento restringiu os caminhos alternativos de formação do Estado. Em todo o mundo, a formação de Estado convergiu na construção mais ou menos deliberada de Estados nacionais - não impérios, nem cidades-estados, nem federações, mas Estados nacionais - segundo os modelos oferecidos, subsidiados e assegurados pelas grandes potências.

O que antes era aceito para a construção de um Estado e adotado amplamente pelo modelo europeu de Estados nacionais, a partir da segunda metade do século XX passou a ser inaceitável, limitando-se a maneira como poderia ocorrer a formação dos novos Estados. Buscou-se frear a guerra, essencial para a construção do Estado no modelo europeu, deixando os novos Estados sem saída para a sua formação através do uso da coerção.

[...]os governantes de um Estado já não podem esperar ganhar (ou temem perder) território substancial mediante beligerância. As guerras territoriais de Israel com seus vizinhos não teriam surpreendido um europeu do século XVIII, mas no período a partir de 1945 se transformaram em anomalias. As guerras dizem respeito cada vez mais a quem deve governar em cada Estado, quais Estados deverão controlar as políticas de outros Estados e quais transferências de recursos, povo e produtos entre Estados deverão ocorrer (TILLY, 1996, p. 259)

Com isso, os novos Estados (aqui referimo-nos principalmente aos Estados africanos que foram descolonizados a partir de 1950) tiveram seus meios de construção do Estado limitados pelos tratados internacionais e pelas novas organizações internacionais do

século XX. Essa limitação acabou por fragilizar o poder de coação dos novos governantes contra os grupos insurgentes dentro de seus territórios, dificultando a concentração de poder nas instituições do Estado. Os governantes, impossibilitados de exercer a coação em sua plena forma, não encontram meios de fortalecer o novo Estado que fica fragilizado com a insurgência de grupos internos em busca do poder de controle do Estado. Este processo ocorreu em diversos dos novos Estados do continente africano, assim como no Sudão. Apresentaremos, no próximo tópico, a construção do Estado do Sudão com o intuito de verificar de que forma este Estado conseguiu fortalecer-se, ou não, buscando compreender a emergência dos diversos conflitos dentro daquele território, com especial atenção ao conflito de Darfur.

3.2 A formação do Estado do Sudão

A eclosão de inúmeros conflitos dentro do Sudão pode ser entendida pela maneira como ocorreu a formação do Estado, ou seja, as fraquezas e fragilidades que não permitiram que o Sudão se consolidasse como um Estado nacional com instituições sólidas. Visto que os Estados fracassados⁴³ não conseguem exercer controle sobre seus territórios e a emergência de conflitos torna-se inevitável, o Sudão é exemplo de um Estado que fracassou⁴⁴ e não conseguiu se constituir firmemente como um Estado nacional.⁴⁵ Assim, discutiremos neste tópico como ocorreu a formação do Estado do Sudão para avaliar as variáveis que impactam na fragilidade do mesmo.

O território que hoje compreende o Sudão, apresentado na figura abaixo, foi fruto da ocupação Turco-Egípcia⁴⁶ em 1821, momento em que o vice-rei do Egito, Muhammad Ali, buscava tornar o Egito como uma grande potência. Não havia a presença de um Estado no local, com exceção do Sultanato de Darfur no Oeste e o Sultanato de Sennar no Leste. O Egito ocupou

⁴³ Segundo a definição de Newman (2007, p. 465) “ ‘State failure’ suggests that the government—if one exists—is completely unable to maintain public services, institutions, or authority, and that central control over territory does not exist. State failure implies that central state authority and control do not de facto exist”.

⁴⁴ O Sudão é classificado como um Estado fracassado pelo Índice de Estados Frágeis 2016 produzido pelo The Fund for Peace, Washington. Desde o primeiro Índice, publicado em 2005, o Sudão já era classificado como Estado fracassado.

⁴⁵ Vários autores analisam o termo de “Estado fracassado” e exercem uma crítica ao conceito devido ao seu fundamento em princípios europeus de Estado nacional. Para mais informações consultar:

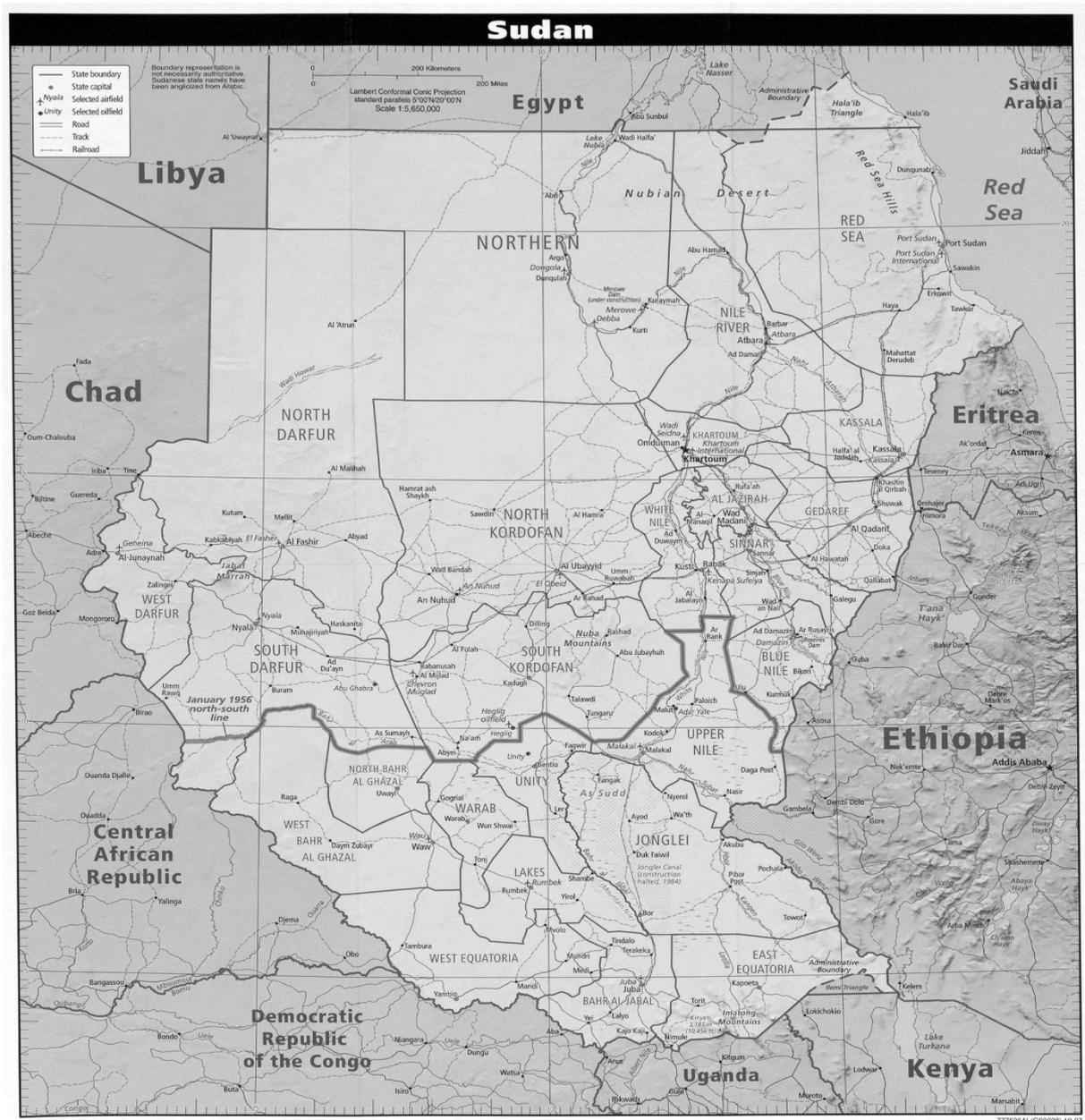
CALL, C. T. The fallacy of the ‘Failed State’. *Third World Quarterly*, v. 29, 2008.

HILL, J. Beyond the other? A postcolonial critique of the failed state thesis. *African identities*, v. 3, 2005.

⁴⁶ A denominação Turco-Egípcia refere-se ao período em que o Egito era governado por elites turcas (COLLINS, 2008, p. 10).

os territórios em busca de pessoas para escravizar, ouro e elefantes. Inicialmente, ocupou-se a região norte do Sudão, visto a proximidade do Egito e a inexistência de qualquer governo. Posteriormente, com problemas econômicos, o Sultanato de Sennar ficou enfraquecido e acabou sendo ocupado pelo Egito sem qualquer resistência. Com o norte e o leste conquistado, os Turco-Egípcios iniciaram as expedições ao sul onde encontraram fortes resistências, o que ocasionou um processo de ocupação de extrema brutalidade (COLLINS, 2008; PRUNIER, 2005).

Figura 2 – Mapa político do Sudão antes da independência do Sudão do Sul



Fonte: U.S. Central Intelligence Agency.

A região de Darfur, por possuir um Sultanato estabelecido e com forte poder, esteve fora desse primeiro momento de ocupação. Somente na década de 1870 que a região foi conquistada pelas autoridades Turco-Egípcias. Porém, em 1881, a conquista de Darfur e também de todo o Sudão foi ameaçada pelo período que se iniciou denominado “Mahdiyya” ou o tempo do Mahdi, que se refere, no islamismo, a uma pessoa que possui orientação divina e é repositório de segredos esotéricos.⁴⁷ O período Mahdist iniciou quando o sheik Mohammed Ahmad se autoproclamou como sendo o Mahdi. Com grande prestígio na sua região, o Mahdi conseguiu criar um movimento contra a dominação Turco-Egípcia, marcado pela busca de uma reforma religiosa e com um caráter nacionalista. Dentro de quatro anos, o Mahdi conseguiu derrubar a dominação Turco-Egípcia e fundar um novo regime político no Sudão (PRUNIER, 2005; JOHNSON, 2004).

O período Mahdista terminou com o apoio do exército britânico ao Egito para recuperar a dominação no Sudão em 1898. A partir deste momento seria instalado o chamado Condomínio Anglo-Egípcio (PRUNIER, 2005). A região de Darfur, porém, reconquistou sua independência nesse período pelo general Ali Dinar do exército de Mahdi. A incorporação de Darfur ao regime Anglo-Egípcio ocorreu somente em 1916 devido às ligações de Ali ao império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial (SIKAINGA, 2009). Após este momento foram cinquenta anos de dominação Anglo-Egípcia sobre o Sudão. Johnson (2004) aponta que foram estes fenômenos que contribuíram para o enfraquecimento do Sudão, sendo característico o negligenciamento do Sul e da região de Darfur em contraponto ao norte do Sudão.

A conclusão aqui defendida, então, é que as origens dos problemas atuais do Sudão antecedem o legado desigual do sistema colonial no século XX. Elas podem ser encontradas nas ideias de poder legítimo e governança desenvolvida nos Estados do Sudão dos séculos XVIII e XIX, que foram incorporados nas estruturas do Império Turco-Egípcio, alcançaram nova força no Estado jihad do Mahdiyya, e nunca foram totalmente substituídas, mas sim, ocasionalmente, adaptadas pelo Estado colonial do século XX (JOHNSON, 2004, p. 7, tradução nossa).⁴⁸

No ano de 1956 o Sudão conquistou sua independência em relação à dominação Anglo-Egípcia. Apesar de um governo civil democrático ter assumido o poder, seguidos golpes

⁴⁷ Sobre o período Mahdist consultar HOLT, P. M. *The Mahdist State in Sudan (1881-1898)*. Oxford: Clarendon, 1958.

⁴⁸ No original em inglês: “The conclusion advanced here, then, is that the origins of the Sudan’s current problems predate the unequal legacy of the colonial system in the twentieth century. They can be found in the ideas of legitimate power and governance developed in the Sudanic states of the eighteenth and nineteenth centuries, which were incorporated into the structures of the Turco-Egyptian empire, achieved new force in the jihad state of the Mahdiyya, and were never fully replaced, but rather (as we shall see) occasionally adapted by the twentieth century colonial state”.

militares marcaram a história do Sudão. O primeiro foi em 1958, depois novamente em 1969 e, por fim, o golpe de 1989 que levou ao poder o regime da Frente Nacional Islâmica (NIF), assumindo a presidência Omar Hassan Ahmad al-Bashir, que permanece a frente do país até hoje.

Observa-se que o Sudão é marcado por uma região de um grande número de grupos étnicos em diferentes partes do país. A concentração do poder e das riquezas em torno da região norte, na capital Khartoum, acabou por gerar revolta das demais regiões que se viram marginalizadas pelo seu governo. Tendo em vista a recente independência do país, as instituições do Estado encontravam-se ainda frágeis. A instabilidade de governos devido aos golpes militares contribuiu para que não fosse possível o fortalecimento estatal com base no modelo de Estado nacional europeu. Houve, portanto, uma falha do Estado em promover a distribuição das riquezas entre todas as regiões e a constituição de suas instituições.

Devido a este contexto o Sudão é considerado um Estado que fracassou.⁴⁹ Os Estados, conforme Chauvet et al (2007), podem fracassar de três maneiras distintas: podem causar dano aos cidadãos de países vizinhos, podem falhar em promover segurança básica para seus próprios cidadãos e podem falhar em prover um ambiente em que a redução da pobreza seja factível. Ainda neste sentido, Rotberg (2002) define a dimensão econômica e a dimensão política do fracasso de um Estado. Para o autor, o lado econômico que leva ao fracasso é concentração dos recursos pelo governo a poucos grupos favorecidos, ficando os demais grupos que compreende quase a totalidade da população com um lapso de serviços essenciais. No lado político, o fracasso seria gerado pela subversão das normas democráticas, o bloqueio do acesso da sociedade civil ao ambiente político e o controle dos meios de defesa.

Assim, Rotberg (2002) aponta que estes dois fatores convergindo fazem com que o Estado passe a entregar cada vez menos serviços à população. As pessoas perdem o senso de comunidade política e passam a ver que existem somente para satisfazerem os prazeres das elites, sentindo-se marginalizadas. Neste contexto surge um espírito de revolta entre a população que levam a emergência de conflitos, perdendo o Estado sua legitimidade. Além disso, os Estados fracassados podem ter regimes que tornam seus próprios cidadãos vítimas, encorajando a criação de conflitos e uma escalada da violência criminal.

É possível observar, portanto, que o Sudão apresenta as variáveis definidas por Rotberg (2002) e Chauvet et al (2007) para que um Estado fracasse. Com a concentração de

⁴⁹ Conforme o The Fund for Peace 2016 Index publicado pela revista Foreign Policy.

riqueza promovida pelo governo de Omar al-Bashir em Kharthoum as demais regiões do país sofreram com o crescimento da pobreza sem possuírem qualquer perspectiva de melhoria. Além de apresentar as variáveis da dimensão econômica que levam ao fracasso do Estado, o Sudão apresenta também as variáveis da dimensão política afetadas. Com um governo militar autoritário, a democracia no país é turva⁵⁰, impedindo a participação popular. Há, portanto, uma combinação de fatores econômicos e políticos que levaram o Sudão ao fracasso. É com o fracasso do Estado que a susceptibilidade a conflitos aumenta e vários grupos insurgentes sejam criados (ROTBERG, 2002). O Estado fracassado é tomado e cria uma esmagadora necessidade humanitária, caracterizada pela pobreza, doenças, violência e fluxos de refugiados (BROOKS, 2005).

O negligenciamento e autoritarismo do governo de Khartoum para com as demais regiões do país fez com que o Sudão fracassasse e vários movimentos insurgentes emergissem. Um dos principais conflitos que se originou com os movimentos que atacavam o abandono do governo foi na região do Sudão do Sul, que conquistou sua independência como novo Estado em 2011.⁵¹ Também, em 2003, outro conflito que emergiu foi na região de Darfur, visando unir o Sudão de maneira democrática para que o desenvolvimento pudesse chegar a todos. O conflito de Darfur, diferente do conflito do Sudão do Sul, não teve até o momento uma resolução, gerando uma forte instabilidade no Estado e principalmente para as pessoas que lá habitam. No próximo tópico será apresentado as origens deste conflito e a motivação dos movimentos rebeldes em entrarem em luta contra o governo.

3.3 As origens do conflito de Darfur

A parte que compreende a região de Darfur está situada no lado oeste do Sudão. Com uma população de mais de 6 milhões de habitantes, Darfur está dividido entre os estados administrativos do Norte, Sul e Oeste (SALIH, 2005; SIKAINGA 2009).⁵² Como visto, até antes da ocupação Turco-Egípcia, a região de Darfur compreendia um Sultanato, reunindo inúmeros grupos de diferentes etnias. Essa populosa parte do Sudão ganhou atenção pelo

⁵⁰ Conforme o *Democracy Index* do The Economist Intelligence Unit.

⁵¹ O Sudão do Sul tornou-se independente em 2011 com o reconhecimento de independência do presidente Omar al-Bashir. Para mais informações consultar:

LERICHE, M.; ARNOLD, M. *South Sudan: From Revolution to Independence*. Oxford: New York, 2012.

⁵² Em 2012 são estabelecidos os estados do Centro e do Leste.

conflito que emergiu em meados de 2003 e gerou uma leva de mortos e deslocados das maiores já registradas nos conflitos atuais.⁵³ É de extrema importância, portanto, conhecer as origens do conflito e as características que o fazem ter tamanha dimensão.

O conflito, apesar de sua aparência de uma disputa entre etnias, tem suas raízes muito diferenciadas deste motivo, apesar de que a diferença étnica acabou por aparecer como uma das variáveis observadas no conflito. A origem das causas do conflito remonta para à década de 1980, muito antes da eclosão do conflito em 2003. Para entender as raízes, é necessário compreender a organização política e econômica que existia na década de 1980 que levou, com o tempo, à emergência da guerra que observamos hoje.

Uma das raízes do conflito refere-se à disputa por terras e recursos naturais. A região Sul de Darfur, habitada por agricultores sedentários não-árabes, chamados de negros, é compreendida por áreas cultiváveis com abundância de chuvas, enquanto a região Norte é um extenso deserto, onde grupos árabes viviam segundo tradições antigas de nomadismo com seus camelos. Os grupos nômades, durante períodos de fortes secas, migravam para o Sul em busca de água e alimento, convivendo de maneira harmoniosa com os agricultores. Ocasionalmente disputas por terra eram resolvidas com base em um sistema local denominado *Hakura*. Todavia, em meados da década de 1980, fortes secas atingiram a região Norte, obrigando os nômades a migrarem por tempo maior para as terras do Sul, gerando uma disputa com os agricultores locais sobre os recursos, que não pôde ser resolvida pela *Hakura* devido à extinção do sistema com a independência do Sudão (SIKAINGA, 2009; YLÖNEN, 2005; O'FAHEY, 2004). Neste sentido, O'Fahey (2004, p. 26, tradução nossa) afirma que:

Uma das causas da crise atual remonta a meados da década de 1980, quando secas prolongadas aceleraram o processo de desertificação no Norte e no Centro de Darfur, que por sua vez levou a muita pressão sobre os recursos de água e de pasto, visto que os nômades de camelo foram forçados a mover para o Sul e se tornar agricultores. Isto intensificou a pressão sobre pastagem e água. Conflitos sobre poços, que em tempos anteriores foram resolvidas com lanças ou, esperançosamente, sob a mediação por anciãos ou figuras religiosas, tornaram-se muito mais intratáveis quando a área começou a se tornar inundada de armas, em grande parte trazida do Chade ou Líbia.⁵⁴

⁵³ O elevado número de mortes de civis e a emergência de um grande número de deslocados é característica das guerras de terceiro tipo como apontado por Holsti (1996) e também por Kaldor (1999) ao expor sobre as novas guerras.

⁵⁴ No original em inglês: "One of the root causes of the present crisis goes back to the mid-1980s when prolonged droughts speeded up the desertification process in northern and central Darfur, which in turn led to much pressure on water and grazing resources, as the camel nomads were forced to move southwards and become farmers. This intensified pressure on grazing and water. Conflicts over wells, that in earlier times were settled with spears or, hopefully, mediation by elders or religious figures, became much more intractable when the area started to become awash with guns, largely brought in from Chad or Libya".

Como apontou O'Fahey (2004), ocorreu uma inundação de armas em Darfur pela ocorrência de guerras civis no Chade com apoio da Líbia. Alguns grupos que lutavam no Chade criaram bases de apoio no território de Darfur, enquanto o governante libanês Muammar al-Gaddafi alimentava grupos árabes descontentes em Darfur a formar um grande cinturão árabe (SIKAINGA, 2009; PRUNIER, 2005). Ao mesmo tempo, o governo sudanês passou a fornecer armas a grupos árabes da região sul de Darfur com o propósito de estes ajudarem no combate contra o Sudan People's Liberation Army (SPLA) que lutava contra o governo de Karthoum na região sul do Sudão. Isso levou com que estes grupos árabes armados utilizassem as armas para resolverem seus próprios conflitos dentro da região de Darfur (O'FAHEY, 2004).

O fornecimento de armas pelo governo sudanês a determinados grupos foi parte da Popular Defense Forces (PDF), criada em 1989 pelo regime do National Islamic Front (NIF). Buscava-se com esta lei o treinamento e o abastecimento de milícias para colaborarem com o exército sudanês. Isso significou a abdicação do monopólio exclusivo do uso da força pelo governo do Sudão para as forças paramilitares. Uma das milícias incorporadas no PDF foi a *Janjaweed*, cujo propósito era atuar em Darfur (SALIH, 2005).

O golpe militar de 1989 foi um dos fatores que contribuiu para o fator étnico estar envolvido no conflito. Omar al-Bashir é islamista e árabe-centrista e durante os anos que seguiram o golpe, o que se viu foi uma centralização do poder e dos recursos na região de Karthoum, que ocorria desde a época colonial como visto anteriormente. Essa marginalização das demais regiões levou à emergência de movimentos separatistas e nacionalistas. Observando a questão étnica do conflito e marginalização da região de Darfur, Prunier (2005, p. 42, tradução nossa) aponta que “A marginalização social e econômica do Darfur foi regional, não racial ou cultural. Mas o discurso sobre ‘Arabismo’ ofereceu a esperança para as comunidades arabizadas serem cooptadas, apesar de simbólico que isso poderia ser, para o grupo dirigente árabe no Centro”.⁵⁵

Dois movimentos tornaram-se principais na região de Darfur. O primeiro é o Darfur Liberation Front Darfur (DLF) que tem suas origens no final da década de 1980 e foi estabelecido em 2003 como resposta às milícias estabelecidas pelo governo do Sudão na região. O DLF buscava tornar Darfur um Estado separado e independente. Porém, logo após sua criação em 2003, o DLF mudou seu nome para Sudan Liberation Army (SLA) com seu braço

⁵⁵ No original em inglês “The social and economic marginalization of Darfur was regional, not racial or cultural. But the discourse about 'Arabism' offered the hope for the Arabized tribes to be co-opted, however symbolically it could be, into the Arab ruling group at the Centre”.

político conhecido como Sudan Liberation Movement (SLM). Com esta mudança, também se alterou o objetivo, passando agora a ser um Sudão equitativo e democrático, permitindo o desenvolvimento de todas as regiões do país. O SLA/SLM tem como base a separação da religião do Estado. Este movimento teve características próximas ao SPLA que conquistou a independência do Sudão do Sul. Logo após ser lançado, o SLA se dividiu em várias facções, sendo as mais importantes SLA-Abdul Wahid (SLA-AW) e SLA-Minni Minawi (SLAMM) (SALIH, 2005).

Em agosto de 2001, outro movimento, com objetivos similares ao do SLA foi o Justice and Equality Movement (JEM), que baseava sua atuação através do seu *Black Book*, o qual continha o manifesto do grupo. O JEM também buscava um Sudão unido e com desenvolvimento para todas as regiões, porém não faz nenhuma menção à separação entre o Estado e religião (SALIH, 2005).

Apesar de o SLA e o JEM terem iniciado o conflito contra o governo sudanês em 2003, outros grupos surgiram posteriormente. No final de 2004 foi criado o National Movement for Reform and Development (NMRD) que busca ser um contraponto ao JEM, e também foi criada a Sudan Federal Democratic Alliance (SFDA) que compartilha dos objetivos do SLA/SLM, colocando-se a serviço deste (SALIH, 2005).

O ponto de início da violência em Darfur ocorreu em abril de 2003, quando os rebeldes atacaram o aeroporto al-Fashir e destruíram equipamentos militares do exército sudanês, apesar de que pequenos ataques já haviam sido iniciados anos antes. O governo acabou negligenciando o ataque e utilizou da técnica de *proxy war*⁵⁶. Como expõem Sikainga (2009, tradução nossa):

[...]o governo recorreu ao tipo de táticas sem escrúpulos de guerra por procuração que ele tinha usado no Sul e nas montanhas de Nuba. Isto envolveu a exploração de diferenças étnicas e o armamento de determinados grupos étnicos e colocá-los uns contra os outros. O uso desta tática em Darfur foi mais bem exemplificada pela criação da infame *Janjawid*, a maioria dos quais vieram de comunidades de língua árabe (no contexto sudanês ocidental, *Janjawid* refere-se a ralé ou bandidos). Em conjunto com o exército sudanês, a *Janjawid* envolveu-se em uma campanha maciça de violência e pilhagem de comunidades não-árabes. A mortandade resultou na morte de 300.000 darfurianos e o deslocamento de 2 milhões.⁵⁷

⁵⁶ Conforme Bar-Siman-Tov (1984) *proxy war* ou *war by proxy* remete à estratégia utilizada na Guerra Fria em que as guerras aconteciam entre Estados regionais com o apoio das superpotências, mas sem o envolvimento destas. No contexto do Sudão pode ser visto como o apoio do governo às milícias para o governo não se envolver diretamente no conflito.

⁵⁷ No original em inglês: “[...] the government resorted to the sort of unscrupulous tactics of proxy war that it had used in the South and in the Nuba Mountains. This involved the exploitation of ethnic differences and the arming of particular ethnic groups and turning them against others. The use of this tactic in Darfur was best exemplified

A *Janjaweed*, que significa cavalo negro, atuou, portanto, fortemente com ataques às comunidades ateando fogo nos vilarejos para que os habitantes daqueles locais não pudessem retornar. A maneira devastadora com que os ataques foram realizados acabou por gerar um número elevado de deslocados em busca de segurança. A variável étnica encontra-se presente em face de os ataques serem promovidos principalmente contra grupos não-árabes. A brutalidade da devastação foi de tal tamanho que houve a cogitação de crime de genocídio, o que será discutido posteriormente.

Em novembro de 2011, os principais grupos rebeldes do Sudão se uniram para lutarem em conjunto. Os grupos que atuavam em Darfur, SLA-AW, SLA-MM e JEM, conjuntamente com o grupo SPLM-Norte que atuava em outra região do Sudão, criaram a aliança denominada Sudan Revolutionary Front (SRF). A aliança foi criada com o objetivo de enfraquecer Omar al-Bashir e tirá-lo do poder, seja pela negociação ou pelo uso da violência (MCCUTHEN, 2014).

A partir de 2013, observou-se um escalonamento do conflito novamente devido à violência entre as comunidades que já ocorria desde 2006. O conflito apresentou uma nova dimensão devido à intensificação das disputas entre diferentes comunidades que fez com que mais uma vez uma grande parcela de civis fosse afetada. As disputas devem-se aos recursos naturais e ao poder administrativo.⁵⁸ As áreas dos conflitos e as comunidades envolvidas podem ser vistos na figura abaixo. Em um relatório de 2014, a Amnistia Internacional aponta que a intensificação dos conflitos se deu por:

O aumento da violência entre comunidades em Darfur é em parte devido ao declínio da economia sudanesa nos últimos dois anos. Após a secessão do Sul do Sudão em 2011, o Sudão perdeu a maioria de suas receitas de petróleo e desde então tem visto uma economia em deterioração com inflação crescente e desemprego. Isto resultou em uma competição crescente entre a terra e os recursos entre os diferentes grupos em Darfur.⁵⁹

by the creation of the infamous Janjawid, most of whom hailed from Arabic-speaking communities (in western Sudanese context, Janjawid refers to rabble or outlaws). In conjunction with the Sudanese army, the Janjawid engaged in a massive campaign of violence and pillaging of non-Arab communities. The carnage resulted in the death of 300,000 Darfurians and the displacement of 2 million”.

⁵⁸ Conforme o Relatório “The Chaos in Darfur Crisis Group Africa Briefing N°110” do International Crisis Group.

⁵⁹ Conforme o Relatório “Sudan: We can’t endure any more the impact of inter-communal violence on civilians in central Darfur” da Amnistia Internacional. No original em inglês: “The increase in inter-communal violence in Darfur is partly because of the decline of the Sudanese economy over the last two years. Following South Sudan’s secession in 2011, Sudan lost the majority of its oil revenues and has since seen a deteriorating economy with rising inflation and unemployment. This has resulted in increasing competition over land and resources between different groups in Darfur”.

Figura 3 – Conflitos tribais em Darfur, 2015



Fonte: Conselho de Segurança, ONU.

Desde o momento do início das hostilidades em 2003 entre grupos rebeldes e governo, os civis foram marcados como alvos dos ataques. O governo de Omar al-Bashir buscou promover uma limpeza étnica na região, forçando o deslocamento das comunidades não-árabes. Após e aliado a isso, a disputa entre as diferentes comunidades também atacou diretamente os civis, fortalecendo o fenômeno do deslocamento (HAGAN; RYMON-RICHMOND, 2009). O relatório da UNAMID de julho desse ano também apontou que a violência entre as comunidades atinge diretamente a segurança dos civis.⁶⁰

Os ataques perpetrados pelo governo e pela *Janjaweed* foram com um objetivo claro de destruição das vilas e de expulsão das pessoas que nelas viviam. Os perpetradores não só invadiram as vilas como também destruíram as casas e os suprimentos de comida e água com a intenção de que as pessoas não pudessem retornar para suas residências. “Para aqueles

⁶⁰ Relatório S/2016/587.

forçados a fugir, as suas culturas destruídas e seus animais roubados ou mortos, a sobrevivência depende de assistência de fora e proteção” (O’NEILL; CASSIS, 2005, p. 6, tradução nossa).⁶¹ Isso foi possível pela vulnerabilidade e insegurança que os grupos de negros africanos enfrentavam (HAGAN; KAISER, 2011).

Os ataques a alimentos e água eram armas poderosas para o deslocamento e eliminação genocida, o que sublinha a sobreposição de importância da fome e do genocídio de um para outro. As forças unidas do Governo e da milícia *Janjaweed* coordenaram seus ataques não apenas para matar e estuprar, mas também queimar sistematicamente todas as casas e culturas, roubar e matar todos os animais, envenenar e destruir todos os poços, procurar e destruir todas as lojas de alimentos, e arrancar pela raiz e matar todas as árvores (HAGAN; KAISER, 2011, p. 9, tradução nossa).⁶²

Forças do GoS associadas com a milícia *Janjaweed* fizeram alvo civis em aldeias e acampamentos. Aviões do GoS bombardeiam alvos civis, incluindo mercados e escolas. As violações generalizadas destinam-se a destruir as fundações das comunidades. A situação humanitária é provocada pelo homem e se deteriora. Em torno dos acampamentos de pessoas deslocadas, insegurança e pobreza, destinadas a destruir o espírito e a existência de grupos inteiros, são organizadas. A impunidade reina.⁶³

Com esse cenário, é possível identificar que o deslocamento forçado é a principal consequência do conflito, visto que há uma intenção de retirar as pessoas que moram nas vilas atacadas de seus lares, seja pela motivação étnica ou devido a luta pelas terras. Os ataques da *Janjaweed* e mais recentemente as disputas entre as comunidades visam que as pessoas das vilas atacadas se desloquem para que a região fique livre para que os grupos responsáveis pelos ataques predominem naquelas regiões.

Em suma, a região de Darfur é marcada historicamente por disputa de terras entre diferentes comunidades. Porém, com a extinção do sistema tradicional de resolução de conflitos e com fortes secas que atingiram a região norte, as disputas foram intensificadas. O abandono do

⁶¹ No original em inglês: “For those forced to flee, their crops destroyed and their livestock stolen or killed, survival depends on outside assistance and protection”.

⁶² No original em inglês: “Attacks on food and water supplies were powerful weapons for displacement and genocidal elimination, which underlines the overlapping explanatory importance of famine and genocide to one another. The joined forces of the government and the *Janjaweed* militias coordinated their attacks not only to kill and rape, but also to systematically burn all homes and crops, steal and kill all livestock, poison and destroy all wells, seek out and destroy all food stores, and uproot and kill all trees”.

⁶³ Sétimo Relatório do Promotor do Tribunal Penal Internacional para o Conselho de Segurança. No original em inglês: “GoS forces associated with Militia *Janjaweed* target civilians in villages and camps. GoS aircraft bomb civilian targets, including markets and schools. Widespread rapes are intended to destroy the foundations of communities. The humanitarian situation is manmade and deteriorating. In and around the camps for displaced persons, insecurity and poverty, meant to destroy the spirit and existence of entire groups, are organized. Impunity reigns”.

governo sudanês para a região também foi uma variável que propiciou a intensificação dos conflitos. Com o início dos confrontos entre os grupos rebeldes e a *Janjaweed* em 2003, passando em 2013 para disputas entre comunidades, o conflito de Darfur é marcado pelos ataques aos civis, gerando uma grande leva de deslocados e que necessitam de assistência humanitária. É possível ser observada uma *timeline* do conflito no anexo B, na qual os eventos apresentados neste tópico podem ser visualizados em uma linha cronológica. No próximo tópico, apresentaremos o andamento do conflito em relação à resposta da comunidade internacional e os números de pessoas atingidas e deslocadas pelo conflito.

3.4 Os atingidos pelo conflito e a resposta da comunidade internacional

Como visto, o conflito em sua fase inicial foi marcado por uma forte ação violenta por parte das milícias do governo, gerando uma leva de mortos e de deslocados que chocou o mundo.⁶⁴ Apesar do tamanho que o conflito atingiu, a resposta da comunidade internacional foi lenta, o que levou alguns autores a afirmar que seria mais um caso de negligenciamento da comunidade internacional para um conflito, como ocorreu em Rwanda (SALIH, 2005). Será analisado e discutido, neste tópico, os dados do conflito em relação ao número de mortos e de deslocados e como a comunidade internacional tem respondido à situação.

A primeira contribuição de outro Estado para o conflito foi a atuação do presidente do Chade em agosto/setembro de 2003, quando tentou mediar um cessar-fogo entre o governo e os grupos rebeldes. O SLM/SLA e o JEM, em conjunto com o governo, assinaram um cessar-fogo humanitário. Outras conversas ocorreram em seguida em Addis Abeba, Etiópia e em Abuja, Nigéria, sob a mediação da União Africana, culminando em 2006 com a assinatura do *Darfur Peace Agreement* (DPA) entre o governo sudanês e o SLAMM. Porém, em face de somente uma fiação dos grupos rebeldes ter assinado o acordo e as partes não terem conseguido chegar a uma negociação final, os conflitos continuaram (FLINT; WAAL, 2005). Em 2011 o

⁶⁴ Notícias foram veiculadas por todo o mundo, como pode ser observado nos seguintes links:
UNITED NATIONS. Sudan: humanitarian situation in Darfur one of worst in the world. Nova York, 4 maio 2014. Disponível em:
<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=10615&Cr=sudan&Cr1=#.WCPFI_krLIU>.
BBC. Powell Declares Genocide in Sudan. Londres, 9 setembro 2004. Disponível em:
<<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3641820.stm>>.
BBC. Darfur villagers facing famine. Genebra, 18 outubro 2004. Disponível em:
<<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3754766.stm>>.

governo do Sudão assinou outro documento denominado *Doha Document for Peace in Darfur* (DDPD) com o movimento Liberation and Justice Movement (LJM), que surgiu em 2010 reunindo algumas facções. O DDPD, porém, congrega somente um grupo de rebeldes, limitando a sua efetividade.

Em setembro de 2004, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell, declarou que a situação em Darfur era de um genocídio. Apresentando a situação para o Conselho de Segurança da ONU, foi decidido, invocando o capítulo VII da Carta ONU de São Francisco, instalar uma Comissão de Inquérito sobre Darfur para investigar o conflito e os crimes cometidos. Em janeiro de 2005 a Comissão apresentou seu Relatório ao Secretário-Geral em que concluiu que o governo do Sudão e a *Janjaweed*:

Conduziu ataques indiscriminados, causando a morte de civis, tortura, desaparecimentos forçados, destruição de aldeias, estupro e outras formas de violência sexual, pilhando e forçando deslocamentos em todo o Darfur. Esses atos foram realizados em uma ampla base sistemática, e, portanto, constituindo crimes contra a humanidade. A extensa destruição e deslocamento resultou em uma perda de meios de subsistência e os meios de sobrevivência para incontáveis mulheres, homens e crianças. A grande maioria das vítimas de todas estas violações foram do Fur, Zaghawa, Masaslit, Jebel, Aranga, e outras denominadas tribos africanas.⁶⁵

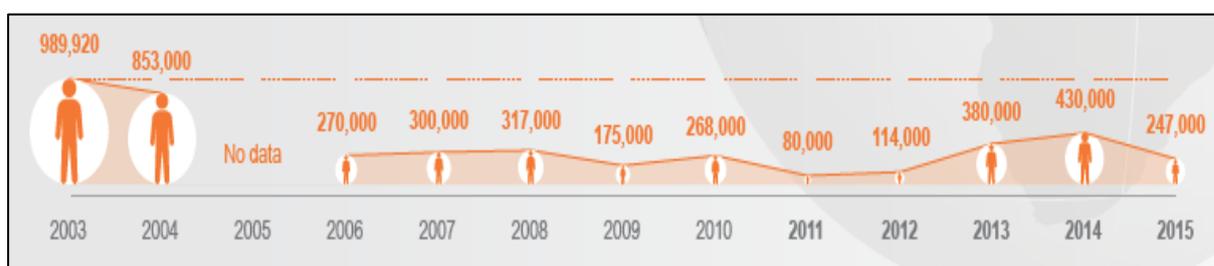
A Comissão, no entanto, não considerou a existência de um genocídio. Enquanto isso, a União Africana, que já estava atuando como mediadora de diálogo entre os grupos rebeldes e o governo, estabeleceu em 2004 a African Union Mission in Sudan (AMIS). A missão passou por contínuo aumento de tropas até o ano de 2007, não obtendo grande sucesso em sua atuação (EKENGARD, 2008). Através de negociações entre o governo do Sudão, a UA e a ONU, em julho de 2007 o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1769 que estabelecia uma missão híbrida entre a ONU e a União Africana para Darfur (UNAMID). Assim, em 2007 teve fim a missão da UA para o Sudão.

A UNAMID teve seu mandato renovado continuamente, sendo em junho de 2016 renovado o mandato para até junho de 2017 pela Resolução 2296, do Conselho de Segurança, que apontou que já são 2,6 milhões de deslocados internos, chegando-se a 3,3 milhões o número

⁶⁵ Relatório da Comissão de Inquérito de Darfur para o Secretário-Geral. No original em inglês: “conducted indiscriminate attacks, including killing of civilians, torture, enforced disappearances, destruction of villages, rape and other forms of sexual violence, pillaging and forced displacement, throughout Darfur. These acts were conducted on a widespread adsystematic basis, and therefore amount to crimes against humanity. The extensive destruction and displacement have resulted in a loss of livelihood and means of survival for countless women, men and children. The vast majority of the victims of all of these violations have been from the Fur, Zaghawa, Masaslit, Jebel, Aranga, and other so-called African tribes”.

de pessoas que necessitam de assistência humanitária e mais de 400 mil mortos.⁶⁶ Segundo o Relatório de junho deste ano da UNAMID,⁶⁷ são 760 mil deslocados localizados no Sul de Darfur; aproximadamente 700 mil no Norte; 450 mil na região Central; 380 mil na região Leste, e 320 mil na região Oeste. A missão conta atualmente com autorização para 15.845 forças militares, 1.583 membros da polícia e 13 unidades de polícia formadas de até 140 pessoas cada. Além dos deslocados internos, um grande número de pessoas buscou refúgio no Chade, estimando-se que o número chegue a 360 mil pessoas.⁶⁸ O número de novos deslocados por ano pode ser observado na figura abaixo.

Figura 4 – Número de novos deslocados por ano



Fonte: Office for the Coordinator of Humanitarian Affairs, UN.

É possível de se observar que a grande onda de deslocados ocorreu nos anos de 2003 e 2004, no início do conflito. Porém, houve uma constante leva de novos deslocados nos anos posteriores, sendo os anos a partir de 2013 marcados por uma nova grande onda de deslocados com os conflitos entre comunidades. Segundo o Relatório de setembro desse ano da UNAMID,⁶⁹ até o fim de agosto de 2016 já foram 80,600 novos deslocados, principalmente mulheres e crianças, sendo que há mais 117,400 pessoas que foram reportadas como deslocadas que ainda carecem de verificação. Além disso, 59,000 deslocados retornaram para suas vilas. Na figura abaixo, são apresentados os dados gerais de deslocados e refugiados, assim como os locais dos campos de deslocados, incluindo a região de Jebel Marra que não conta com ajuda humanitária.

⁶⁶ O Índice de Estados fracassados do *The Fund for Peace* atribui nota máxima no indicar de deslocados e refugiados para o Sudão. O país ocupou entre 2005 e 2007 o primeiro lugar do índice quanto ao indicador de deslocados e refugiados, ficando em segundo lugar atrás da Somália entre 2008 e 2013 e dividindo primeiro lugar com a Somália, Sudão do Sul Congo (D. R.) e República Centro-africana de 2014 a 2016

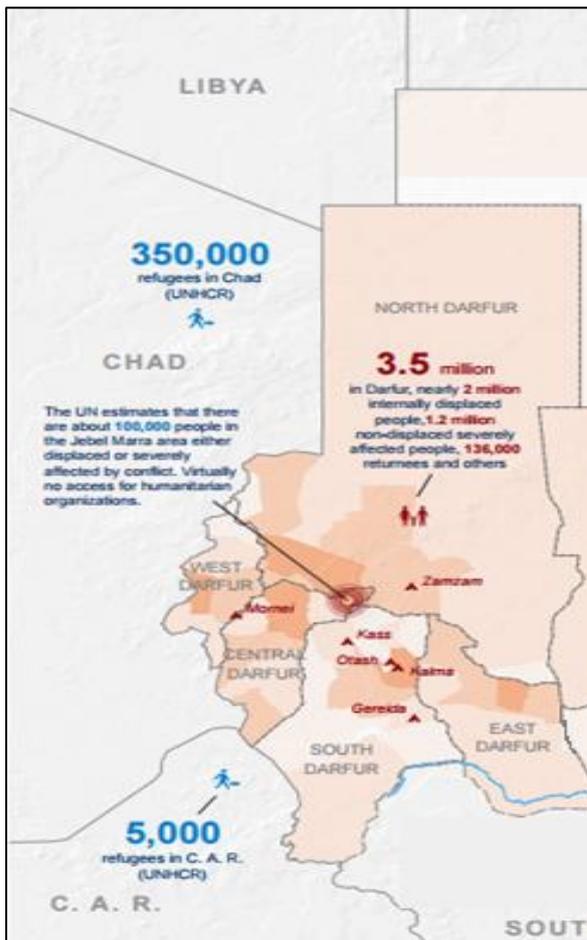
⁶⁷ Relatório Especial do Secretariado-Geral e a Presidência da Comissão da União Africana para a Operação Híbrida entre as Nações Unidas e a União Africana em Darfur, junho de 2016. (S/2016/510).

⁶⁸ Conforme Relatório de julho de 2015 da organização Refugees International.

⁶⁹ Relatório S/2016/812.

Outro ponto importante do conflito foi a abertura de investigação contra o presidente Omar al-Bashir na Tribunal Penal Internacional em 2008. O processo foi aberto para solicitar a prisão do presidente pela prática de crime de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. O Tribunal entendeu que os crimes foram praticados pelo presidente e emitiu um mandato de prisão em 2009 e outro em 2010.⁷⁰ Porém, o presidente não reconheceu o julgamento do Tribunal, visto que o Sudão não reconhece a jurisdição do mesmo, e até o momento não foi preso, apesar de suas viagens para fora do país, como para a África do Sul em 2015, que negligenciou o mandato de prisão e não o cumpriu, apesar de ser membro do Tribunal.

Figura 5 – Número de pessoas afetadas e os campos de deslocados (com mais de 50 mil pessoas), 2014



Fonte: Office for the Coordinator of Humanitarian Affairs, UN.

⁷⁰ Juízo preliminar ICC-02/05-01/09 e ICC-02/05-01/09-94.

Através de seus relatórios mensais, a UNAMID verifica a continuidade do conflito e uma dificuldade para se chegar a uma resolução. O relatório de junho deste ano expõe que:

Em primeiro lugar, não tem havido progressos concretos para uma resolução política para o conflito, uma vez que o Governo do Sudão e os movimentos armados não-signatários são incapazes de chegar a um acordo sobre o caminho a seguir. Em segundo lugar, como as causas e as consequências do conflito permanecem em grande parte sem solução, a violência intercomunitária continua a ser uma fonte importante de insegurança e instabilidade em toda a região. Em terceiro lugar, enquanto confrontos diretos entre o Governo e as forças armadas do movimento tenha diminuído, a luta com SLA/AW em Jebel Marra tem resultado em sofrimento adicional e deslocamento da população em Darfur.⁷¹

O que se verifica é uma dificuldade de as partes conseguirem chegar ao acordo em relação ao conflito. Tanto o governo através do uso da *Janjaweed* como os grupos rebeldes continuam dispostos a lutar até conseguirem atingir seus objetivos. Verificando essas fraquezas, O'Fahey (2004, p. 29, tradução nossa) apresenta que:

Os principais intervenientes, Estados Unidos, China, a ONU e a UA ou não irão ou não podem fazer nada decisivo, os jogadores locais sejam eles o governo de Khartoum ou o SPLA têm suas próprias agendas, em que Darfur é um espetáculo à parte. Se a população de Darfur pode superar suas divisões internas na medida em que eles podem forçar-se à mesa de negociações como parceiros sérios é uma questão em aberto. Como deste texto, eu tenho que ser cético de que o resultado vai ser outra coisa senão uma outra Rwanda, desta vez em câmera lenta, o que significa que muitos irão morrer como em Rwanda, mas lentamente e, como sempre, de forma anônima [...] A *janjawid* irá revelar-se muito difícil de ser parada; eles têm uma ideologia racista totalmente desenvolvida, uma cultura guerreira, uma infinidade de armas e suficientes cavalos e camelos -ainda a maneira mais fácil de andar por Darfur. E como eu escrevo no final de novembro de 2004, o que parece estar em desenvolvimento é uma guerra de duas camadas; em um nível, há uma intensificação dos conflitos locais sobre o controle dos recursos. Este nível interage com o conflito entre as forças do SLA e governo de Khartoum. O distante genocídio em Darfur vai ser muito difícil de ter um fim, mesmo se houver a vontade da comunidade internacional e das partes no Sudão para fazê-lo.⁷²

⁷¹ No original em inglês: “First, there has been no concrete progress towards a comprehensive political resolution to the conflict, since the Government of the Sudan and the non-signatory armed movements are unable to agree on the way forward. Second, as the root causes and the consequences of the conflict remain largely unaddressed, intercommunal violence continues to be a prominent source of insecurity and instability throughout the region. Third, while direct clashes between Government and armed movement forces have subsided, the fighting with SLA/AW in Jebel Marra has resulted in additional suffering and displacement of the civilian population in Darfur.

⁷² No original em inglês: “The major players, America, China, the UN and AU either will not or can not do anything decisive, the local players be it the Khartoum Government or the SPLA have their own agendas, in which Darfur is a sideshow. Whether the Darfurians can overcome their internal divisions to the extent that they can force themselves to the negotiating table as serious partners is an open question. As of this writing, I have to be sceptical that the outcome will be anything other than another Rwanda, this time in slow motion, meaning as many will die as in Rwanda but slowly and, as usual, anonymously. The *janjawid* will prove to be very tough to stop; they have a fully-developed racist ideology, a warrior culture, a plethora of weapons, and enough horses and camels—still the easiest way to get around Darfur. And as I write in late November 2004, what seems to be developing is a two-tier war; on one level there is an intensification of the local conflicts over control of resources. This level interacts with the conflict between the SLA and Khartoum Government forces. The distant genocide in Darfur will be very hard to bring to an end even if there is the will of the international community and the parties in the Sudan to do so”.

Um aspecto que faz com que a atuação da comunidade internacional seja lenta em relação ao conflito refere-se aos interesses geopolíticos que os países têm em relação ao Sudão. A China aparece como o principal país importador de petróleo do Sudão, chegando a quantia de 5-8% do consumo chinês.⁷³ Devido a isso, a China já manifestou junto com a Rússia que não irá aceitar qualquer sanção contra o governo de Khartoum (O'FAHEY, 2004). Mais uma vez o que se observa é os interesses econômicos dos países prevalecendo sobre a necessidade da resolução de um conflito que afeta diretamente um número extremamente elevado de pessoas.

Por fim, como apontado pelos autores analisados e pelos relatórios da ONU, parece não haver uma possibilidade de fim do conflito em um horizonte próximo. Em relação à resolução do conflito, Salih (2005, p. 26, tradução nossa) conclui que:

A solução para a crise de Darfur só é possível quando a elite governante sudanesa reconhecer que o Sudão já não pode ser governado por um governo central localizado em Khartoum. Por outro lado, as recompensas políticas de "Khartoum" também são muito escassas para acomodar as aspirações dos crescentes líderes vocais dos movimentos regionais ou da população das regiões marginalizadas. O fato de que a elite de Darfur não está lutando pela sua independência do Sudão mostra que os medos do passado de secessão são adulterados pela dura realidade de que essas regiões são pobres demais para se manterem por conta própria, mesmo se o petróleo for descoberto e desenvolvimento e assistência humanitária estejam garantidos. Mesmo que eles se separem, o afastamento, a infraestrutura precária e os recursos naturais escassos, muitas vezes sujeito a secas prolongadas e fome não são um começo promissor.⁷⁴

O conflito pela dimensão que atingiu e a dificuldade de solução continuará afetando gravemente a vida da população que habita a região, continuando a gerar levadas de deslocados crescentes. Neste ponto, é importante analisar como a vida destes deslocados é afetada pelo

⁷³ Mais informações podem ser consultadas nas notícias:

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4917970.stm>

<http://enoughproject.org/news/russia-blocks-security-council-sanctions-darfur-gold>

<http://www.chicagotribune.com/news/sns-wp-blm-nations-41db5cda-9128-11e6-bc00-1a9756d4111b20161013-story.html>

⁷⁴ The solution to the Darfur crisis is possible only when the Sudanese governing elite recognize that Sudan can no longer be governed by a central government located in Khartoum. Conversely, "Khartoum" political rewards are also too meagre to accommodate the aspirations of increasingly politically vocal leaders of the regional movements or populace of the marginalized regions. The fact that the Darfur elite is not fighting for independence from Sudan illustrates that past fears of secession are tampered by the harsh reality that these regions are too poor to stand on their own even if oil is discovered and development and humanitarian assistance are secured. Even if they seceded, their remoteness, poor infrastructure and meagre natural resources often subjected to prolonged droughts and famine do not make for a promising start.

conflito e como seus direitos são profundamente violados. No próximo capítulo será feita uma análise de como a segurança humana destes deslocados foi afetada pelo conflito e como a região se encontra com um vácuo de garantia de segurança humana para que os deslocados possam voltar a viver em seus locais de origem.

4 OS DESLOCADOS DO CONFLITO DE DARFUR E A SEGURANÇA HUMANA

Os fortes ataques aos civis em Darfur e a saída forçada de suas vilas demandam uma análise do fenômeno de deslocamento dessas pessoas, observando como suas liberdades foram afetadas pelo ambiente de insegurança que os ataques instauraram. O conflito tem como alvo principal a população civil que vive nas vilas que acabam por serem arrasadas com grande brutalidade. A maneira como os ataques foram conduzidos forçou inúmeras pessoas a deixarem suas casas e buscaram abrigos em campos de deslocados internos e também de refúgio no país vizinho Chade.⁷⁵

Com isso, apresenta-se neste capítulo como o conflito de Darfur pode ser classificado como guerra de terceiro tipo conforme as características apresentadas por Holsti (1996), identificando-se as variáveis que fazem do conflito um exemplo dos conflitos abordados pelo autor. Além disso, como visto no capítulo anterior que a população não-árabe é o principal alvo dos ataques e como consequência um elevado número de pessoas são forçadas a se deslocar, será discutido como o conceito de segurança humana é aplicável a esse contexto, verificando-se os aspectos relativos à segurança humana dos deslocados.

4.1 O conflito de Darfur como guerra de terceiro tipo

Os novos conflitos que surgiram no continente africano no pós-Segunda Guerra foram marcados por características muito diferentes daquelas observadas nas guerras entre Estados nacionais. A principal ocorrência de conflitos, agora, é marcada por disputas dentro dos Estados ao invés de entre eles, incitando a característica de guerras de terceiro tipo. O conflito de Darfur é um exemplo claro da mudança das características da guerra clássica, apresentando aspectos marcantes das guerras de terceiro tipo, que serão apresentados em seguida.

A primeira verificação do conflito de Darfur que deve ser apontada é o fato de ser um conflito intra-estatal, envolvendo grupos rebeldes contra o seu governo. Apesar de haver influências externas de fluxo de armas, como já visto, o conflito baseia-se em uma região específica de um Estado e não envolve uma disputa com outro. Holsti (1996) constatou que as

⁷⁵ Segundo o Relatório “*Sudan 2016 Humanitarian Response*” produzido pela OCHA.

guerras de terceiro tipo são justamente as guerras que surgem por disputas de liberação nacional, unificação ou secessão, devido a fraqueza do Estado de conseguir unir as comunidades que o formam. O Sudão, como visto no índice do The Fund for Peace, é um Estado considerado fracassado que não conseguiu estabelecer a legitimidade horizontal que Holsti (1996) apontou como sendo necessária para um Estado ter sucesso, gerando conflitos como o de Darfur.

As guerras de terceiro tipo, marcadas pelo conflito entre grupos dentro de um Estado, tem como origem, foco e alvo a participação de civis no conflito, sem mais a diferenciação clara de combatentes e civis que acontecia nas guerras clássicas. O conflito de Darfur, neste sentido, caracteriza-se pela sua origem entre grupos de indivíduos que disputam recursos naturais, sendo a disputa posteriormente dotada de um caráter étnico visto a diferença dos grupos envolvidos. Há, no conflito, uma base de origem civil de grupos rebeldes que reivindicam suas exigências junto ao governo que acaba por responder com o patrocínio de milícias que agem diretamente com ataques contra a população não-árabe de Darfur de maneira indiscriminada e sem o qualquer respeito à população civil. Flint e Waal (2005, p. 107) apontam os ataques indiscriminados às comunidades observando que a *Janjaweed* se espalhou por toda a região de Darfur, promovendo ataques às comunidades indefesas, matando e massacrando centenas de aldeões. Também, os autores pontuam que as forças do governo e da *Janjaweed* destruíram tudo que fosse necessário para manter a vida. Hagan e Kaiser (2011, p. 9, tradução nossa) completam ao demonstrar o fator étnico dos ataques:

Nossa tese é de que os epítetos raciais ouvidos durante os ataques em Darfur foram transformados em motivo e intenção e expressados em um frenesi eliminador para conduzir os grupos africanos negros em Darfur de suas terras. Agressores gritando orações raciais realizaram assaltos a campo em aldeias africanas. Esses epítetos em Darfur envolvem traços de escravidão e sub-humanidade.⁷⁶

O que se observa é que a população civil se tornou um alvo claro no conflito, sendo os ataques promovidos também por civis recrutados pelo governo em forma de milícias. O recrutamento de civis para a participação no conflito é mais uma característica das guerras de terceiro tipo que Holsti (1996) identificou e que está presente no conflito de Darfur. Com o recrutamento de civis pelo governo através de milícias para a participação no conflito confirma

⁷⁶ No original em inglês: “Our thesis is that the racial epithets heard during attacks in Darfur were transformed into motive and intent and expressed in an eliminationist frenzy to drive the Black African groups in Darfur from their lands. Attackers shouting racial epithets undertook ground assaults on African villages. These epithets in Darfur involve tropes of slavery and sub-humanity”.

mais uma vez a característica da guerra de terceiro tipo ser fundamentalmente entre civis e sem a identificação clara dos combatentes. Observando o recrutamento de civis pelo governo sudanês, Hagan e Rymond-Richmond (2009, p. 163, tradução nossa) mostram que:

O governo sudanês promoveu divisões raciais e étnicas, mobilizando milícias árabes por quase vinte anos no Sul e depois mudou essa atividade para o oeste, em Darfur. O governo recrutou as milícias entre os sem-terra, os pastores árabes nômades que estavam desesperados para o acesso à água e pastagens para seus animais em um ecossistema de crescente desertificação. O governo mirou determinados grupos de negros africanos agrícolas.⁷⁷

As variáveis que Holsti (1996) apresentou como características das guerras de terceiro tipo podem, como visto, serem facilmente demarcadas no conflito de Darfur. Tanto o conflito sendo intra-estatal, com as raízes baseadas nos grupos rebeldes e o recrutamento de civis pelo governo para atuarem como milícias, assim como os ataques indiscriminados contra civis e sem identificação dos combatentes demonstram que o conflito de Darfur caracteriza-se por ser uma guerra de terceiro tipo. Holsti (1996, p. 40, tradução nossa) sobre o resultado dessas guerras observa que “uma vez que estas guerras de um terceiro tipo são fundamentalmente sobre as pessoas, e envolvem civis como combatentes e vítimas, seu principal legado depois de matar e mutilar é as ondas de refugiados que eles criam”⁷⁸ abalando profundamente a segurança das pessoas que habitam as regiões de conflito. Em Darfur, a principal consequência do conflito é, sem dúvida, a grande leva de deslocados internos e refugiados que o conflito gerou, afetando a vida de milhões de pessoas. Cheadle e Prendergast (2007, p. 76, tradução nossa) analisam que houve duas ondas de ataque:

O genocídio em Darfur veio em duas ondas. A primeira onda caracterizou destruição indiscriminada do modo de vida e meios de subsistência dos civis apoiadores da rebelião. A segunda onda foi marcada pela manipulação do acesso humanitário aos sobreviventes, com o objetivo de destruir lentamente sua vontade de sobreviver por meio de estupro em massa e impedir seu retorno para casa.⁷⁹

⁷⁷ No original em inglês: “The Sudanese government fostered racial and ethnic divisions by mobilizing Arab militias for nearly twenty years in the south and then shifted that activity to the west, in Darfur. The government recruited the militias among the landless, nomadic Arab herders who were desperate for access to water and pastures for their livestock in an ecosystem of increasing desertification. The government targeted settled Black African agricultural groups”.

⁷⁸ No original em inglês: ““Since these wars of a third kind are fundamentally about people, and involve civilians as both combatants and victims, their main legacy after killing and maiming is the waves of refugees they create”.

⁷⁹ No original em inglês: “The genocide in Darfur came in two waves. The first wave featured wholesale destruction of the way of life and livelihoods of the civilian supporters of the rebellion. The second wave has been marked by the manipulation of humanitarian access to survivors, aimed at slowly destroying their will to survive through mass rape and preventing their return home”.

Além de apontarem as duas ondas de ataques, Cheadle e Prendergast (2007) ainda afirmam que uma estratégia do governo de se manter no poder foi matar e gerar o máximo de deslocados que fosse possível. A característica do conflito de se basear essencialmente em ataques violentos a vilas obrigando as pessoas a buscarem refúgio incita a geração de um ambiente em que a segurança encontra um vácuo. Segundo relatório de julho deste ano da UNAMID (tradução nossa, grifo nosso):

O conflito também continuou a ter um impacto significativo sobre a situação da lei e da ordem em Darfur. Criminosos organizados, incluindo nômades armados e milícias, aproveitaram o **vácuo de segurança** na região para cometer vários crimes, incluindo ataques contra e assédio da população civil, assassinato, estupro, assaltos à mão armada, sequestros e incêndios criminosos. [...] Condições de insegurança, provocada pelo conflito, continuam a exacerbar as vulnerabilidades civis, resultando em mortes, lesões físicas, raptos, violência sexual baseada no gênero e violência sexual relacionada com conflitos. A impunidade continua a ser um sério desafio que constitui uma ameaça para o processo de paz e civis que, na sua maior parte, continuam a ter negado o direito de recurso.⁸⁰

Com base nas características dos ataques às vilas com o claro objetivo de se gerar uma massa de deslocados e de destruição que se pode verificar que a segurança da região se encontra em colapso. A segurança no contexto do conflito de Darfur refere-se primordialmente à segurança dos habitantes das vilas que não tem qualquer garantia de suas liberdades respeitados. Através da constatação destes fatos que verificamos a necessidade de se avaliar o aspecto da segurança humana das pessoas que foram forçadas a se deslocar de suas vilas devido aos ataques que sofreram. No próximo tópico, apresentam-se os dados sobre os deslocados e refugiados do conflito, buscando identificar em que situação se encontra os aspectos do conceito de segurança humana nesse contexto.

4.2 A segurança humana dos deslocados pelo conflito

O conflito de Darfur foi e é marcado por ataques brutais às vilas gerando mortes generalizadas de civis e uma grande leva de deslocados. Os ataques, realizados pelas forças do

⁸⁰ Relatório S/2016/587. No original em inglês: “The conflict also continued to have a significant impact on the law and order situation in Darfur. Organized criminals, including armed nomads and militia groups, have taken advantage of the security vacuum in the region to commit various criminal acts, including attacks against and harassment of the civilian population, murder, rape, armed robberies, abductions and arson [...] Conditions of insecurity, brought about by the conflict, continue to exacerbate civilian vulnerabilities, resulting in killings, physical injuries, abductions, sexual and gender-based violence and conflict-related sexual violence. Impunity remains a serious challenge constituting a threat to the peace process and civilians who, for the most part, continue to be denied the right of redress.

Governo do Sudão e da *Janjaweed* são uma afronta à segurança da região de Darfur e à segurança das pessoas. O conflito é um exemplo claro de como a segurança nacional é suplantada pela segurança humana, visto que os alvos dos ataques passam a ser os civis. Neste contexto, há de se olhar para a vida das pessoas da região que passam a perder as suas liberdades por não mais poderem exercer-las devido a uma privação de sua dignidade enquanto humanos. Com a perda de segurança e da possibilidade de exercerem suas liberdades, os habitantes da região optam por buscar áreas em que se sintam seguros e possam continuar com suas vidas. Devido a esse cenário, a avaliação da segurança humana dos deslocados do conflito de Darfur é de primordial importância para se identificar as consequências que o conflito tem gerado para essas pessoas.

A grande parcela dos deslocados foi gerada no ápice do conflito em 2003 e 2004, mas devido a não resolução do mesmo e a insurgência dos conflitos entre comunidades, os números de deslocados foram aumentando a cada ano. Devido a continuidade dos conflitos entre comunidades, há uma sucessiva onda de ataques que geraram novos deslocados a cada ano desde a eclosão do conflito. O relatório da Comissão de Inquérito de Darfur deixa claro que com a forma como os ataques foram conduzidos, comprometeu-se a segurança das pessoas que viviam nas vilas atingidas.

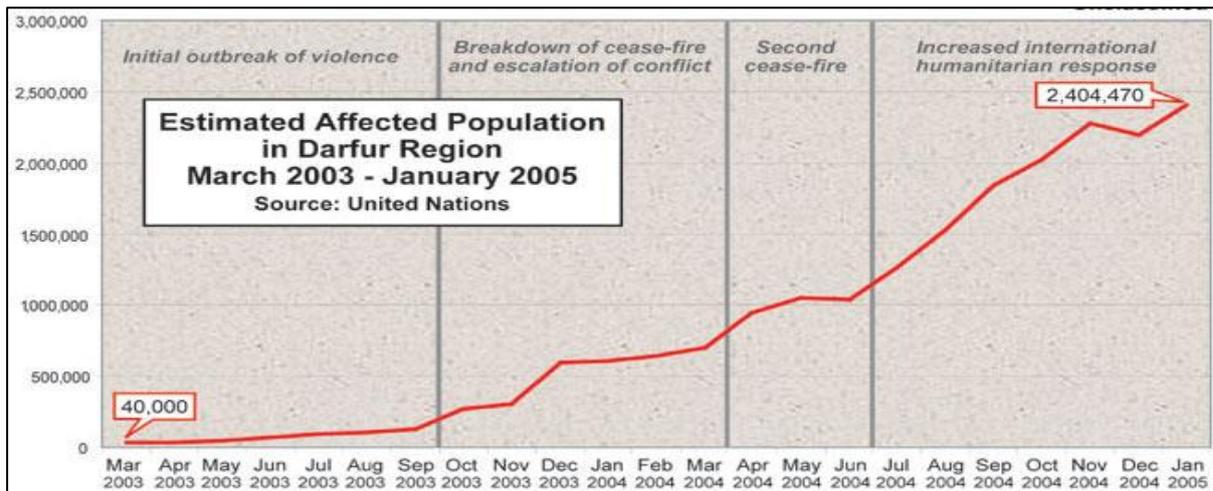
Foram relatadas centenas de incidentes envolvendo assassinatos de civis, massacres, execuções sumárias, estupro e outras formas de violência sexual, tortura, sequestro, pilhagem de propriedades e animais, bem como destruição deliberada e incêndio de aldeias. Estes incidentes resultaram no deslocamento maciço de grandes partes da população civil dentro de Darfur assim como ao vizinho Chade. Os relatórios indicam que a intensidade dos ataques e as atrocidades cometidas em qualquer aldeia espalharam um medo de tamanho tal que as populações das aldeias vizinhas que escaparam a tais ataques também fugiram para áreas de relativa segurança.⁸¹

A ameaça que o conflito gerou para a vida das pessoas pode ser observada pela rápida emergência do número de deslocados. Na figura abaixo, que apresenta o número de afetados pelo conflito de março de 2003 a janeiro de 2005, demonstra como os ataques comprometeram fortemente a segurança da região. O promotor do Tribunal Penal Internacional, responsável por investigar as atrocidades cometidas no conflito de Darfur expôs que mais de

⁸¹ No original em inglês: "Hundreds of incidents have been reported involving the killing of civilians, massacres, summary executions, rape and other forms of sexual violence, torture, abduction, looting of property and livestock, as well as deliberate destruction and torching of villages. These incidents have resulted in the massive displacement of large parts of the civilian population within Darfur as well as to neighbouring Chad. The reports indicate that the intensity of the attacks and the atrocities committed in any one village spread such a level of fear that populations from surrounding villages that escaped such attacks also fled to areas of relative security".

um em cada três darfurianos vivem em campos superlotados de deslocados sem oportunidades viáveis de educação e subsistência.

Figura 6 – Número de pessoas afetadas pelo conflito de Darfur de março de 2003 a janeiro de 2005



Fonte: US Department of State.

As ondas de ataque resultaram em um ambiente de extrema insegurança para os africanos que habitavam as vilas. A possibilidade de exercerem suas liberdades e de viverem de maneira segura foi privada. O ambiente de medo, insegurança e destruição instaurado na região impossibilitam que as garantias básicas de vida das pessoas sejam mantidas. Neste sentido, Hagan e Rymon-Richmond (2009, p. 189, tradução nossa) apontam ainda que:

As evidências apresentadas indicam que as forças do GoS e a milícia *Janjaweed* juntaram-se em ataques com a intenção de criar terror através do grito de epítetos raciais e a perpetuação de crimes extremamente violentos. As evidências apresentadas indicam ainda que a vitimização genocida e a violência sexual se intensificaram durante a segunda ofensiva do governo e o pico de mortes em Darfur durante o inverno de 2003-2004.⁸²

⁸² No original em inglês: “The evidence presented indicates that GoS forces and Janjaweed militia joined together in attacks with the intention of creating terror through the shouting of racial epithets and the perpetration of extremely violent crimes. The evidence presented further indicates that genocidal victimization and sexual violence intensified during the second government offensive and peak in killings in Darfur during the winter of 2003-2004”.

Com este cenário, Oluwadare (2013, p. 5, tradução nossa) afirma que “Não há dúvida de que esta situação afeta a segurança humana da população-alvo afetada de Darfur”⁸³. Fica claro que a segurança humana dos deslocados foi afetada nas suas mais diversas dimensões. A principal dimensão abalada é a da violência física. O HDR (1994) coloca a violência física como um dos principais aspectos a ser observado quando se trata da segurança humana, visto que a violação desta dimensão leva a uma conseqüente violação das demais.

Talvez nenhum outro aspecto da segurança humana é tão vital para as pessoas como a sua segurança a partir de violência física. Em países pobres e ricos, a vida humana é cada vez mais ameaçada por repentina, imprevisível violência. As ameaças assumem várias formas: Ameaça do Estado (tortura física); Ameaças de outros Estados (guerra); Ameaças de outros grupos de pessoas (Tensão étnica); Ameaças de indivíduos ou grupos contra outros indivíduos ou grupos (crime, violência nas ruas); Ameaças dirigidas contra as mulheres (abuso, violência doméstica); Ameaças dirigidas a crianças com base em sua vulnerabilidade e dependência (abuso de criança); Ameaças a si mesmo (suicídio, uso de drogas) (HDR, 1994, pg. 30, tradução nossa).⁸⁴

A violência física relaciona-se principalmente com o *freedom from fear* que é o ponto basilar do conceito da segurança humana. Os deslocados do conflito de Darfur, ao serem forçados a saírem de suas casas e impossibilitados de retornar, acabam por conviverem com o medo em um ambiente de extrema insegurança. Hagan e Kaiser (2011) apontam que o governo do Sudão defende os deslocados internos em termos humanitários, mas que a insegurança pessoal e alimentar criada pelo governo em Darfur é o principal motivo que mantém as pessoas nos campos. A liberdade de viverem em um ambiente livre de sentirem medo de serem alvos de ataques encontra-se ausente. A Comissão de Inquérito de Darfur observou que muitos dos deslocados não se sentem seguros para retornar às suas casas.

A maioria dos deslocados permanece com medo de retornar aos seus locais de origem por medo de novos ataques e devido à situação prevalecente de impunidade por atos de violência cometidos contra a população civil. Alguns relatórios mais recentes observam que as populações árabes começaram a se estabelecer em algumas áreas anteriormente ocupadas pelas populações deslocadas [...] Aqueles que conseguiram encontrar refúgio em campos de *IDPs* ou comunidades hospedeiras muitas vezes se recusaram a retornar às suas aldeias por medo de novos ataques.⁸⁵

⁸³ No original em inglês: “There is no doubt that this situation affects the human security of the affected target population of Darfur”.

⁸⁴ No original em inglês: “Perhaps no other aspect of human security is so vital for people as their security from physical violence. In poor nations and rich, human life is increasingly threatened by sudden, unpredictable violence. The threats take several forms: Threats from the state (physical torture); Threats from other states (war); Threats from other groups of people (ethnic tension); Threats from individuals or gangs against other individuals or gangs (crime, street violence); Threats directed against women (rape, domestic violence); Threats directed at children based on their vulnerability and dependence (child abuse); Threats to self (suicide, drug use)”.

⁸⁵ No original em inglês: “Most IDPs remain afraid to return to their places of origin out of fear of renewed attacks and due to the prevailing situation of impunity for acts of violence committed against the civilian population.

Porém, os deslocados não convivem somente com o medo de retornarem as suas casas, o medo dentro dos campos de deslocados também é contínuo. O'Neill e Cassis (2005) chegam a afirmar que os campos de deslocados são prisões sem celas, onde os deslocados vivem traumatizados e aterrorizados pelos militares sudaneses.⁸⁶ O que se observa é que os deslocados, mesmo nos campos, acabam sofrendo continuamente com a falta de segurança que por consequência priva suas liberdades. A Comissão de Inquérito de Darfur concluiu ainda que:

Em áreas controladas pelo governo, os civis deslocados permaneceram em grande parte à mercê da *Janjaweed*. Observadores relataram que os civis deslocados que vivem sob o controle governamental nessas áreas continuam presos virtuais - confinados a acampamentos e assentamentos com alimentos, abrigo e assistência humanitária inadequados, em constante risco de novos ataques, estupros e saques de suas posses restantes [...] Os relatórios indicam que os assassinatos continuaram durante o deslocamento em campos nas mãos das milícias que cercam os campos e que alguns IDPs também foram vítimas de tiroteios policiais indiscriminados dentro de campos, em resposta à suposta presença de rebeldes [...] Civis também foram mortos depois de terem chegado aos locais de IDPs após o deslocamento. Em algumas ocasiões, eles foram mortos quando se aventuraram para fora do campo, ou para voltar para sua aldeia ou por qualquer outro motivo [...] Eles disseram que as milícias ficavam em volta dos acampamentos e da aldeia, caso alguém tentasse retornar;⁸⁷

A Amnistia Internacional⁸⁸, em seu relatório de 2014 sobre Darfur.⁸⁹ também verificou que a população dos campos de deslocados sofre de uma insegurança intermitente devido à presença de grupos armados na região. O relatório aponta ainda que são frequentes os abusos cometidos contra os deslocados por parte das milícias do governo, que pouco faz para proteger os deslocados. O Departamento de Estado americano, em seu relatório de 2015 sobre

Some more recent reports note that Arab populations have begun to settle in a few areas previously occupied by the displaced populations [...] Those who managed to find refuge in IDP camps or host communities often refused to return to their villages out of fear of further attacks”.

⁸⁶ Maiores informações nas notícias:

BBC. Wave of violence threatens Darfur camps. El Fashir, 04 dezembro 2007. Disponível em <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7125209.stm>>.

AGENCE FRANCE PRESSE. “Three killed” as gunmen attack new Darfur Camp. Khatoum, 09 maio 2016. Disponível em <<http://reliefweb.int/report/sudan/three-killed-gunmen-attack-new-darfur-camp>>.

⁸⁷ No original em inglês: “In Government-controlled areas, displaced civilians have remained largely at the mercy of the Janjaweed. Observers have reported that displaced civilians living under Government control in these areas remain virtual prisoners—confined to camps and settlements with inadequate food, shelter and humanitarian assistance, at constant risk of further attacks, rape and looting of their remaining possessions [...] The reports note that killings have continued during displacement in camps at the hand of the militias surrounding the camps, and that some IDPs have also been the victims of indiscriminate police shooting inside camps, in response to alleged rebel presence [...] Civilians have also been killed after they have reached IDP sites following displacement. On some occasions, they have been killed as they ventured out of the camp, either to go back to their village or for any other reason. [...] They said that the militias stayed around the camps and the village in case anyone tried to return”.

⁸⁸ A Amnistia Internacional é uma organização não governamental fundada em Londres em 1961 e que defende os direitos humanos pelos mais diversos países.

⁸⁹ AMNESTY INTERNATIONAL. Sudan: We can't endure any more the impact of inter-communal violence on civilians in Central Darfur. London, 2014.

a situação dos direitos humanos no Sudão, também apontou para a violência sofrida pelas pessoas nos campos de deslocados, suprimindo a liberdade de movimento dos mesmos.⁹⁰ O relatório de novembro de 2014 da UNAMID verifica que nas regiões próximas aos campos foram registrados casos de assassinato, estupro, tentativa de agressão, intimidação e sussurro de animais.⁹¹

As mulheres são quem mais sofre com a insegurança nos campos de deslocados. O ambiente de insegurança é marcado principalmente pelos crimes de abuso sexuais cometidos pelas forças do governo e da *Janjaweed*. “Os crimes de genocídio em Darfur vão muito além da ênfase habitual na mortalidade e demonstram que a violência sexual ocupa um lugar central na violência genocida” (HAGAN; RYMOND-RICHMOND, 2009, p. 189, tradução nossa).⁹² O Instituto de Paz dos Estados Unidos⁹³ aponta que a violência foi “sexualizada” e como a maioria das atividades do lar são feitas pelas mulheres, como coletar água, lenha e também cultivar, atividades desenvolvidas fora dos campos, acaba aumentando a vulnerabilidade das mulheres.⁹⁴ Cheadle e Prendergast (2007) acrescentam ainda que as mulheres nos campos podem observar suas famílias morrerem de fome com a pouca comida doada pela comunidade internacional ou sair dos campos para procurarem lenha a fim de alimentarem suas famílias outro dia, mas acabaram sendo estupradas pela *Janjaweed*.

A organização Waging Peace⁹⁵ classificou os estupros como elemento endêmico da vida das mulheres não-árabes que vivem nos campos de deslocados.⁹⁶ O relatório de janeiro de 2015 do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação no Sudão apontou que as crianças são as mais vulneráveis a incidentes de violência sexual, tanto dentro como fora dos campos. Ainda, o relatório apontou que mulheres recém-chegadas aos campos que retornam as suas vilas para coletar seus bens também são vítimas de abusos sexuais.⁹⁷

Ademais da violência física, os deslocados se encontram com as outras dimensões da segurança humana também privadas. A dimensão da segurança comunitária é crucial no conflito de Darfur. Esta dimensão da segurança, referindo-se à liberdade dos indivíduos de

⁹⁰ U.S. DEPARTMENT OF STATE. Sudan 2015 Human Rights Report. Washington, 2015.

⁹¹ Relatório S/2014/852.

⁹² No original em inglês: “The crimes of genocide in Darfur extend well beyond the usual emphasis on mortality and demonstrate that sexual violence occupies a central place in genocidal violence”.

⁹³ O Instituto é uma organização federal independente, criada e financiada pelo Congresso americano para realizar análises sobre conflitos.

⁹⁴ U.S. INSTITUTE FOR PEACE. Darfur Women: the Most Vulnerable in Conflict. 2015.

⁹⁵ Organização não-governamental que realiza análises e campanhas contra graves violações de direitos humanos.

⁹⁶ WAGING PEACE. Rape in Darfur: A history of Predation. London, 2015.

⁹⁷ UNITED NATIONS. Report S/2015/31. New York, 2015.

pertencerem a um grupo e serem respeitados, é completamente violada no caso dos refugiados pelo ataque que sofrem por pertencerem ao grupo dos africanos não-árabes, sendo vítimas de uma limpeza étnica como já visto anteriormente. Nesse aspecto, os negros africanos não-árabes são ameaçados por simplesmente fazerem parte de um grupo diferente dos grupos eu promovem os ataques. Ainda, com a violência entre comunidades, os conflitos ocorrem entre grupos diferentes, sendo os ataques promovidos pela ideia de pertencimento a comunidades diferentes.

A dimensão da segurança alimentar é outro aspecto em que os deslocados são profundamente atingidos. Além de terem seus suprimentos de água e comida nas vilas destruídos, ao chegarem nos campos de deslocados as pessoas deparam-se com a pouca ajuda da comunidade internacional e, assim, vítimas da miséria da fome (HAGAN; KAISER, 2011; CHEADLE; PRENDERGAST, 2007). O governo do Sudão tem restringido o recebimento de ajuda humanitária na região de Darfur, ocasionando a falta de alimentos nos campos de deslocados.⁹⁸

O relatório de 2014 do Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) sobre os novos deslocados mostrou que há uma forte pressão alimentícia devido a chegada de inúmeras novas pessoas nos campos de deslocados.⁹⁹ Em outro relatório da OCHA de 2016, a organização identifica que os deslocados chegam aos campos com uma grande pobreza alimentícia e de saúde.¹⁰⁰ A organização The Sudan Consortium aponta que “persiste a insegurança alimentar aguda; apesar da melhoria das colheitas em grande parte do Sudão, os benefícios não são sentidos pelos agregados familiares dos IDP e, como tal, grandes porções da população deslocada em Darfur permanecerão na fase *Stressed* (Fase 2) do Índice de Insegurança Alimentar Aguda”.¹⁰¹ A organização The Famine Early Warning Systems Network, criada pela United States Agency for International Development, analisa o nível de insegurança alimentar dos países. O mapa concernente à região de Darfur pode ser observado abaixo. É possível se verificar que a maior parte da região de Darfur encontra-se no nível 2, *Stressed*, sendo uma parte considerada de crise.

A dimensão política da segurança humana dos deslocados também é afetada. Conforme o relatório da UNAMID de maio de 2015, demonstrações contra o processo eleitoral

⁹⁸ Ibid.

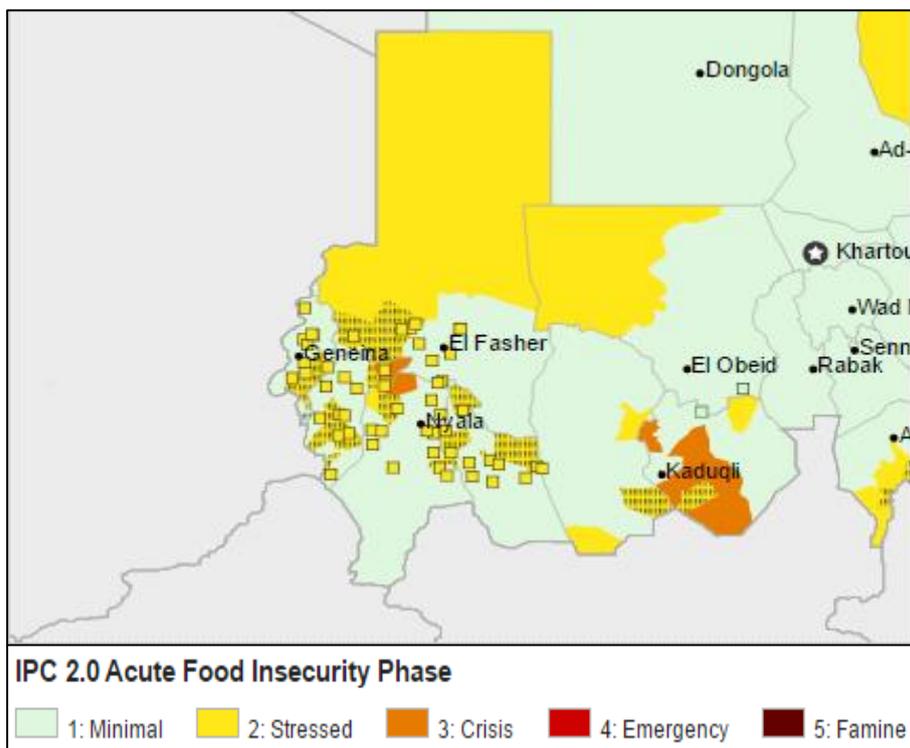
⁹⁹ OCHA. Darfur: New displacement – first quarter 2014 Situation Report No. 1. New York, 2014.

¹⁰⁰ OCHA. Sudan 2016 Humanitarian Response. New York, 2016.

¹⁰¹ THE SUDAN CONSORTIUM. Humanitarian Crisis in Sudan’s: Two Areas and Darfur. Kampala, 2015. No original em inglês: “Acute food insecurity persists; Despite improved harvests around much of Sudan, the benefits are not felt by IDP households, and, as such, large portions of the IDP population in Darfur will remain in Stresses (Phase 2) acute food insecurity”.

de 2015 no Sudão ocorreram em diversos campos de deslocados, mas foram dispersados pelas forças de polícia do governo, com vários deslocados feridos.¹⁰² Além disso, em março de 2015 um líder comunitário de um dos campos de deslocados na região sul do Sudão foi morto por buscar promover um boicote às eleições entre os deslocados.¹⁰³ Ocorre, portanto, uma barreira na participação dos deslocados na vida política do país, impossibilitando-os de exercerem suas liberdades de acesso à política de maneira democrática.

Figura 7 – Mapa da insegurança alimentar em Darfur



Fonte: *The Famine Early Warning Systems Network*.

Essas violações das dimensões da segurança humana dos deslocados que pautou o estabelecimento da UNAMID. O Conselho de Segurança da ONU, ao aprovar em 2007 a Resolução 1769 que criava a operação de *peacekeeping* UNAMID, em conjunto com a União Africana, baseava a necessidade da operação devido às graves violações à segurança que os habitantes da região de Darfur sofriam. A preocupação do Conselho de Segurança era prioritariamente com os indivíduos e não com o Estado. A Resolução 2296 de junho deste ano,

¹⁰² Relatório S/2015/163.

¹⁰³ AFRICAN CENTRE FOR JUSTICE AND PEACE STUDIES. Sudan's election marred by arbitrary detention, and insecurity. Kampala, 2015.

que renovou mais uma vez o mandato da UNAMID reforçou com ainda mais ênfase as atrocidades cometidas contra os habitantes e os deslocados, expondo que a operação tem como foco fundamental restaurar a segurança dessas pessoas.

A UNAMID tem trabalhado com aspectos de defesa dos campos de deslocados e na escolta na entrega de ajuda humanitária. A operação tem feito esforços para melhorar a situação dos direitos humanos na região e proteger os civis que vivem nos campos. Além disso, passou a participar da resolução dos conflitos entre as diferentes comunidades através da mediação. Há, portanto, um enfoque da operação nas violações concernentes às dimensões da segurança humana dos deslocados. A operação foi estabelecida justamente com o enfoque nos indivíduos que estavam sendo afetados pelo conflito, apresentado a relação dos objetivos da operação com o conceito de segurança humana. Todavia, a operação sofre com limitações de locomoção impostas pelo governo do Sudão que não permite que os soldados se dirijam às áreas controladas pelo governo.¹⁰⁴

Por fim, é possível concluir, com base nos relatórios da ONU e da revisão do conflito feita por diversos acadêmicos que a privação da segurança humana dos deslocados no conflito foi a principal consequência dos ataques. Também, o depoimento de um refugiado de Darfur que se encontra no anexo A confirma essa conclusão. As pessoas foram forçadas a saírem de suas casas por uma situação de extrema violência, temendo a vida de suas famílias e buscando refúgio em outros lugares onde pudessem se sentir mais seguras. Ademais, mesmo quando em campos de deslocados onde sentem-se mais seguros, os deslocados continuam a sofrer com base na segurança humana um estrangulamento de suas liberdades. Retomando a observação de Oluwadare (2013) é clara a observação de que a segurança humana das vítimas alvo do conflito foi profundamente afetada.

¹⁰⁴ AMNESTY INTERNATIONAL, op. cit.
Relatório UNAMID S/2015/163.
Relatório UNAMID S/2016/812.

5 CONCLUSÃO

A teorização sobre as características dos conflitos do pós-Segunda Guerra teve papel fundamental para um olhar sobre a evolução dos conflitos e as novas dinâmicas que marcaram o envolvimento de civis como combatentes e alvos de ataques. Ao apresentar o conceito de guerras de terceiro tipo, Holsti (1996) desenvolveu um importante marco de estudo sobre a securitização dos indivíduos, observando como os civis passaram a ter um lugar central nos conflitos.

O conflito de Darfur apresenta claramente as características definidas por Holsti (1996) como uma guerra de terceiro tipo. O envolvimento dos civis como combatentes deu-se tanto pelo lado dos grupos rebeldes, que foram movimentos que emergiram da população da região, assim como do governo ao utilizar-se do recrutamento de civis para a milícia *Janjaweed*. A população civil foi a principal afetada pelo conflito, sofrendo com brutais ataques de violência. O resultado, portanto, foi o deslocamento de um grande número de pessoas que não se encontravam mais seguras onde viviam, pois eram os próprios alvos dos ataques.

A emergência dos conflitos no Sudão é resultado do fracasso pelo qual o Estado passou. Com o negligenciamento do governo das regiões fora de Khartoum e a privação da democracia no país, o governo sudanês contribuiu para as condições de fracasso do Estado. A consequência do fracasso acabou sendo, assim, a emergência de diversos conflitos motivados pelo não contentamento da população do país com as políticas adotadas por seu governante.

Nesse sentido, ao introduzir o conceito de segurança humana, a ONU vai ao encontro das necessidades que a guerra de terceiro tipo produziu que é a adoção da segurança dos indivíduos como ponto principal de análise dos conflitos. O olhar dos conflitos através da segurança humana deixou de lado a exclusividade dos aspectos securitizadores sobre a segurança nacional. Como em Darfur, o olhar passa a ser sobre os indivíduos que são os alvos dos ataques. A contribuição dessa nova ótica torna-se de extrema relevância quando se observa que nos novos conflitos os maiores atingidos são os indivíduos e não mais a instituição do Estado. Através da criação da Comissão de Segurança Humana e da Unidade de Segurança Humana, a ONU mostrou-se atenta à necessidade de pautar suas operações com um foco em garantir as liberdades dos indivíduos afetados pelos conflitos.

Apesar dos avanços da ONU na incorporação do conceito de segurança humana e os números elevados de mortos e deslocados no conflito, abalando profundamente a segurança da região de Darfur, a atuação da ONU e da UA foi tímida quanto ao conflito. Somente em 2007, com o estabelecimento da UNAMID que a ONU se envolveu de forma direta para buscar

restaurar a segurança na região, após o genocídio já ter ocorrido. Houve uma demora na resposta ao conflito por parte da organização, que mais uma vez, como em Rwanda, omitiu-se de promover ações imediatas de reestabelecimento da segurança. Porém, a UNAMID não tem conseguido sanar o conflito, somente promovendo a segurança dos campos de deslocados e dos comboios de ajuda humanitária. A operação necessita de uma atuação mais precisa para contribuir com a solução do conflito.

A introdução do conceito de segurança humana e a simbólica preocupação dos países com a segurança dos indivíduos não parece ser aplicado ao conflito de Darfur. Os deslocados sofreram gravemente com a privação de suas liberdades, foram forçados a se deslocar devido a impossibilidade de exercerem suas vidas nas vilas que habitavam. As dimensões econômica, alimentar, pessoal, comunitária e política da segurança humana dos deslocados foram atingidas de maneira a privarem o *freedom from fear* e *freedom from want* por completo. Com isso, comprova-se a hipótese da pesquisa de que os deslocados do conflito de Darfur tiveram as dimensões da sua segurança humana violadas.

Concernente à dimensão econômica, os deslocados encontram um vácuo de oportunidade de exercerem um trabalho remunerado ou de recebimento de auxílio do governo. Ao saírem de suas casas e viverem limitados ao campo de deslocados, há uma impossibilidade de que um trabalho produtivo seja exercido. Também, devido à insegurança ao redor dos campos, com frequentes ataques da *Janjaweed* e das forças do governo, as mulheres que tradicionalmente coletavam lenha e cultivavam são impedidas de continuarem exercendo essa função. Com a impossibilidade de saírem dos campos pela violência que enfrentam fora, os deslocados encontram-se privados da possibilidade de encontrarem trabalho, dependendo unicamente da ajuda humanitária.

A dimensão alimentar é afetada no momento que os deslocados não são mais capazes de produzir seus alimentos como eram acostumados em suas vilas. Não somente isso, a ajuda humanitária é pouca para o número de deslocados, devido às limitações impostas pelo governo do Sudão para a atuação das agências humanitárias na região. Darfur passa por um *stress* alimentar muito forte, com milhares de pessoas chegando aos campos de deslocados em crítico grau de nutrição. As novas levas de deslocados também exercem uma pressão alimentícia nos campos, que se encontram com limitação de alimento a ser fornecido. Impossibilitados de saírem dos campos de deslocados para cultivar e recebendo pouca ajuda humanitária, a dimensão alimentar dos deslocados encontra-se em crise, sem possibilidade de os mesmos melhorarem essa condição.

Todavia, o principal ponto de violação da segurança humana dos deslocados é verificado nas dimensões de segurança pessoal e comunitária. Há uma clara repressão pelo governo do Sudão dos indivíduos não-árabes, que não encontram mais segurança para manifestarem sua identidade em conjunto. A limpeza étnica e o deslocamento forçado promovidos pelo governo contra esse grupo constroem duramente a segurança desses indivíduos. Os deslocados veem-se privados da liberdade de viverem como um grupo que é de diferente grupo que mantém o poder no país. Ao determinar a limpeza étnica do grupo de pessoas não-árabes, o governo utiliza-se da violência física para promover os ataques, infringindo a segurança pessoal dos indivíduos. Os deslocados, mais uma vez, encontram-se sem qualquer garantia de segurança de suas vidas, sendo forçados a buscar refúgio para que possam se proteger dos ataques das milícias e das forças do governo.

Ademais, ao chegarem ao campo de deslocados, os atingidos pelo conflito continuaram sofrendo profundamente com a insegurança. A UNAMID não foi capaz de reestabelecer a segurança desses indivíduos ao chegarem nos campos, que encontram um ambiente de contínua insegurança de suas vidas, limitando as liberdades que lhes deviam estar asseguradas.

Os ataques frequentes aos campos de deslocados e a presença das forças do governo ao redor dos campos continua a promover um ambiente de insegurança aos deslocados. As mulheres, principais afetadas, encontram-se presa nos campos devido aos abusos sexuais cometidos caso saiam para fora. A privação da liberdade de movimento dessas pessoas é o ponto mais crucial das limitações que sofrem. O ambiente de extrema insegurança impossibilita que os deslocados possam exercer seu direito de ir e vir, sob risco de sofrerem ataques.

Os campos de deslocados deveriam oferecer um ambiente de segurança para as pessoas que já sofreram a difícil saída de seus lares e suas vidas em busca de um local em que possam viver com tranquilidade. A UNAMID deveria ser capaz de fornecer aos campos a segurança necessária para que os deslocados tenham suas liberdades mínimas respeitadas. Porém, o que se observa é a incapacidade da operação de promover esses objetivos. A situação de insegurança nos campos de deslocados é inadmissível, visto estas áreas serem destinadas justamente a oferecerem um ambiente de afastamento dos ataques.

É possível, portanto, concluir-se que os povos não-árabes em Darfur foram claramente identificados como alvo dos ataques da *Janjaweed* e do exército do governo do Sudão, buscando promover uma limpeza étnica na região. O deslocamento forçado dos habitantes das vilas atacadas pode ser considerado um sinônimo de violação da segurança humana desses indivíduos. As liberdades dos deslocados foram privadas a ponto de não terem

mais escolha de para onde irem nem se quer de como continuar suas vidas. A ineficácia da UNAMID em restaurar a segurança dos deslocados leva ao entendimento de uma necessidade de aprimoramento das operações da ONU para o estabelecimento da segurança humana dos indivíduos afetados por conflitos.

Por fim, a introdução e discussão do conceito de segurança humana é essencial pelos países membros da ONU para a garantia das liberdades das pessoas que se encontram em ambientes conflituosos. Porém, ainda é necessária uma maior clareza e estratégia de atuação de como a ONU pode efetivar a segurança humana em contextos em que esta é ameaçada. Como visto, em Darfur a ONU demorou para agir, mesmo com as violações claras da segurança humana dos deslocados. Os interesses geopolíticos dos países membros da organização acabam por frear a atuação da ONU em aspectos concernentes à vida humana como as dimensões apresentadas pelo conceito de segurança humana. É necessário que os países incorporem de maneira definitiva o conceito de segurança humana, que os indivíduos passem concretamente a serem os *key-role* de atuação das políticas governamentais. A introdução deste conceito por si só não promove uma contribuição para a vida dos indivíduos em ambientes de conflito. A retórica e a atuação dos países da ONU devem estar centradas na segurança humana, na vida dos indivíduos e no exercício de suas liberdades.

O conflito de Darfur e a ineficácia da UNAMID são um exemplo concreto da necessidade de aprimoramento da adoção do conceito de segurança humana pela comunidade internacional. Enquanto deslocados como os de Darfur tiverem suas dimensões da segurança humana violadas, mesmo com uma operação da ONU em andamento, é sinal de algo necessita ser revisto para que esse conceito entre realmente em voga e seja efetivado nas operações da organização.

REFERÊNCIAS

- AFRICAN CENTRE FOR JUSTICE AND PEACE STUDIES. **Sudan's election marred by arbitrary detention, and insecurity**. Kampala, 2015.
- ALENCAR, Mirela N. **Debates dos Estudos de Segurança Internacional e Segurança Humana: uma breve análise sobre a evolução dos Estudos de Segurança**. Conjuntura Global, vol. 4, n. 2, maio/ago., 2015, p. 185-195.
- AMNESTY INTERNATIONAL. **Sudan: we can't endure any more the impact of inter-communal violence on civilians in Central Darfur**. Londres, 2014.
- BAR-SIMAN-TOV, Yaacov. **The Strategy of War by Proxy**. Cooperation and Conflict, 1984.
- BAZZANO, Ariana. **Segurança humana: o discurso 'para' ou 'da' periferia?** Inter-Relações, ano 14, nº 40, 2014, p. 41 – 53.
- BELLINTANI, A; BELLINTANI, M. **A Guerra: do século XIX aos nossos dias**. UFRR: Boa Vista, 2014.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CEPIK, Marco. **Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Conseqüências Políticas**. Security and Defense Studies Review, vol.1, 2001.
- CHEADLE, D.; PRENDERGAST, J. **Not on our watch: The mission to end genocide in Darfur and beyond**. Hyperion: New York, 2007.
- CLAUSEWITZ, C. V. **On war**. Oxford University Press: Oxford, 1989.
- COLLINS, Robert O. **A history of modern Sudan**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars: The merging of development and security**. London: Zed Books, 2001.
- EKENGARD, Arvid. **The African Union Mission in Sudan (AMIS)**. Stockholm: Swedish Defense Research Agency, 2008.
- FLINT, J.; WALL, A. **Darfur: a short history of a long war**. David Philip: Cape Town, 2005.
- GOMES, A. T. **Antagonismo, Equivalência, Logocentrismo: uma análise do discurso sobre as "novas guerras"**. Carta Internacional: Vol. 9, n. 1, jan. -jun. 2014.
- HAGAN, J.; KAISER, J. **The displaced and dispossessed of Darfur: explaining the sources of a continuing state-led genocide**. The British Journal of Sociology: London, 2011, vol 62.

HAGAN, J.; RYMOND-RICHMOND, W. **Darfur and the Crime of Genocide**. Cambridge press: New York, 2009.

HAMPSON, Fen O. **Madness in the Multitude: Human Security and World Disorder**. Oxford: Ontario, 2002.

HOLSTI, Kalevi J. **The state, war, and the state of war**. Cambridge University Press, NY, 1996.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE. **Global Overview 2015**. Genebra, 2015.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Second Decision on the Prosecution's Application for a Warrant of Arrest ICC-02/05-01/09-94**. The Hague, 2010.

_____. **Seventh report of the prosecutor of the International Criminal Court to the UN Security Council Pursuant to UNSCR 1593**. The Hague, 2005.

_____. **Warrant of Arrest for Omar Hassan Ahmad Al Bashir ICC-02/05-01/09-1**. The Hague: 2009.

JOHNSON, Douglas. **The root causes of Sudan's civil wars**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

KALDOR, Mary. **New and old wars: organized violence in a global era**. Cambridge: Polity Press, 1999.

MCCUTCHEM, Andrew. **The Sudan Revolutionary Front: Its Formation and Development**. Smalls Arms Survey: Genebra, 2014.

MOURA, Tatiana. **Novíssimas guerras, novíssimas pazes**. Desafios conceituais e políticos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 71, junho 2005.

NEWMAN, Edward. **Weak states, state failure, and terrorism**. In: Terrorism and Political Violence, Routledge, vol. 19, no. 4, 2007, p. 463-488.

OCHA. **Sudan 2016 Humanitarian Response**. New York, 2016.

_____. **Darfur: New displacement – first quarter 2014 Situation Report No. 1**. New York, 2014.

O'FAHEY, R. S. **Conflict in Darfur: Historical and Contemporary Perspectives**. In: Environmental Degradation as a cause of conflict in Darfur. University for Peace: Khartoum, 2004.

OLIVEIRA, A. B. **Segurança Humana: Avanços e Desafios na Política Internacional**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

OLUWADARE, A. J. **Human Security, the Responsibility to Protect and the Crisis in Darfur**. International Affairs and Global Strategy, vol. 15, 2013.

O'NEILL, W. G.; CASSIS, V. **Protecting Two Million Internally Displaced: The Successes and Shortcomings of the African Union in Darfur.** The Brookings Institution, 2005.

PEDERSEN, D. **Political violence, ethnic conflict, and contemporary wars: broad implications for health and social well-being.** *Social Science and Medicine*, pg. 175-190, 2002.

PIMENTEL, L; NETO, T. **O Estudo da Teoria da Guerra de Quarta Geração na Segunda Guerra do Golfo (2003).** Rio de Janeiro, v. 8, n. 33, pg. 175-183, set./dez. 2014.

PRUNIER, Gérard. **The ambiguous genocide.** London: Cornell University Press, 2005.

REFUGEES INTERNATIONAL. **Sudanese Refugees in Chad: Passing the Baton to no one.** Washington, 2015.

SALIH, M. A. **Understanding the Conflict in Darfur.** University of Copenhagen: Copenhagen, 2005.

SIKAINGA, A. **“The World’s Worst Humanitarian Crisis”:** Understanding the Darfur Conflict. *Origins: Columbus*, 2009, vol. 2.

SIMON, O. B. **Human Security and the Responsibility to Protect Approach.** *Human Security Journal*, vol. 7, 2008, p. 46-61.

SOUZA, A.; NASSER, R.; MORAES, R. **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror.** Ipea: Brasília, 2014.

SUMMERFIELD, D. **Addressing human response to war and atrocity.** In *Beyond trauma: Cultural and societal dynamics.* Plenum Press: New York, 1995.

THAKUR, Ramesh. **The Theory and Practice of Human Security: Incoherent Concept or Policy Template?** In: *Freedom from Want and Fear: Human Security in the Era of Globalization.* The Asian Foundation, 2007.

THE FAMINE EARLY WANING SYSTEM NETWORKS. **Acute Food Insecurity.** 2016.

THE FUND FOR PEACE. **Fragile States Index.** Washington: 2016.

THE SUDAN CONSORTIUM. **Humanitarian Crisis in Sudan’s Two Areas and Darfur.** Kampala, 2015.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

UNITED NATIONS. **General Assembly Resolution 60/1,** 2005.

_____. **Human Development Report.** New York, 1994.

_____. **Human Security Now.** New York, 2003.

_____. **Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General.** Geneva, 2005.

_____. **Report of the Secretary-General A/64/701,** 2010.

_____. **Report of the Security-Council S/2015/31,** 2015.

_____. **Report of the Security-Council S/2016/587,** 2016.

_____. **Report of the Security-Council S/2016/805,** 2016.

_____. **Report of the Secretary-General on the African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur S/2014/852.** New York: 2014.

_____. **Report of the Secretary-General on the African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur S/2015/163.** New York: 2015.

_____. **Report of the Secretary-General on the African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur S/2015/378.** New York: 2015.

_____. **Report of the Secretary-General on the African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur S/2016/812.** New York: 2016.

_____. **Security Council Resolution 1769.** New York: 2007.

_____. **Security Council Resolution 2296.** New York: 2016.

_____. **Special report of the Secretary-General and the Chairperson of the African Union Commission on the African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur S/2016/510.** New York: 2016.

US DEPARTMENT OF STATE. **Sudan: Death Toll in Darfur.** Washington, DC, 2005.

_____. **Sudan 2015 Human Rights Report.** Washington, DC, 2015.

US INSTITUTE FOR PEACE. **Darfur Women: the Most Vulnerable in Conflict.** Washington, DC, 2015.

WAGING PEACE. **Rape in Darfur: A history of Predation.** London, 2015.

YLONEN, Aleksi. **Grievances and the Roots of Insurgencies: Southern Sudan and Darfur, Peace, Conflict and Development.** An Interdisciplinary Journal, vol.7, 2005.

ANEXO

Anexo A – Depoimento

Darfur conflict started in 2003 when the Sudanese government and its allies Janjaweed Arab Militias, launched attack against the African indigenous who have inhabited the area for long time.

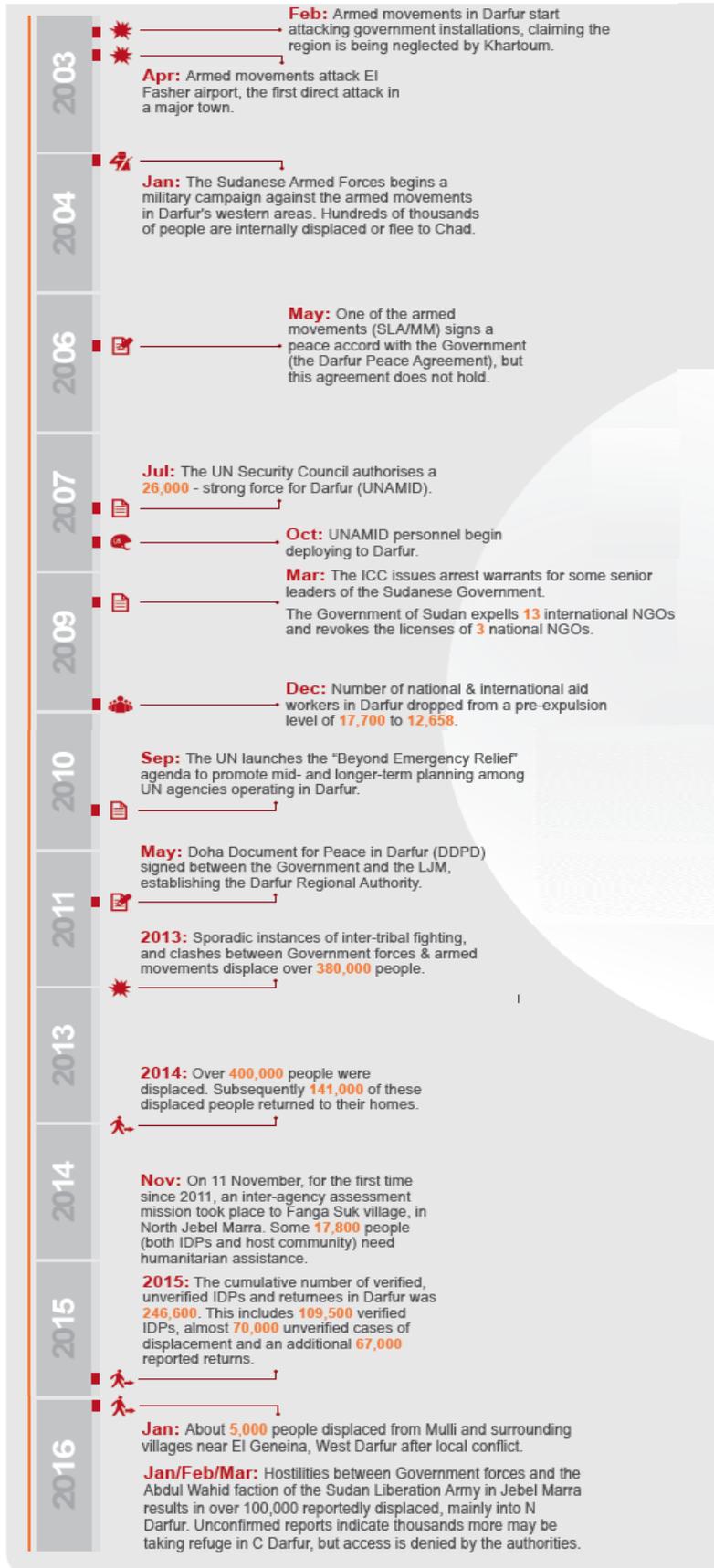
The aim of launching this war against the Darfurian civilians is to uproot them from their land and substitute them with the Arab ethnic group from different part of Africa Continent and Middle East.

About 3,5 million people were removed from their land after their villages, town, were destroyed and burned down to ash. More than 500,000 civilian have been killed and the 3,5 million people have been driven into internal camps. These atrocities contribute on the worst humanitarian crisis since the Second World War. However, the International Community did nothing to stop these crimes. Even though, sanctions were imposed against the Sudanese regime and its allies Janjaweed. Militias, the kill of innocents, raping women, and burning villages are still going on.

I believe that the International Community does not want to solve this problem, because they reward the Sudanese regime by supporting it by the name of fighting terrorism. Unfortunately the innocent people in Darfur is who pay the price.

Abdelaziz Basi, refugiado de Darfur em Winnipeg, Canada, Novembro 2016.

Anexo B – Timeline do Conflito



Fonte: Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, UN.